



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A EXECUÇÃO E AS ADEQUAÇÕES DO PROGRAMA UNIVERSIDADE GRATUITA, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2024, ÀS 10H30MIN, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Geovana Paiva) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública conjunta das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça, requerida pela excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti e pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Camilo Martins, que tem por objetivo debater a execução e as adequações do Programa Universidade Gratuita, garantindo um espaço para a exposição das demandas geradas com a sua implantação, assim como permitindo ao Parlamento catarinense o exercício de monitoramento, de debate e de compreensão das ações realizadas pelo governo do Estado de Santa Catarina e pelas instituições do Sistema Acafe nesse período de implantação.

Para compor a mesa de autoridade, este Cerimonial convida a excelentíssima senhora Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputada Estadual Luciane Carminatti; o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Camilo Martins; o excelentíssimo senhor Coordenador do Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina, Deputado Estadual Napoleão Bernardes; a senhora presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), professora doutora Luciane Bisognin Ceretta; o senhor diretor de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação, Marcos Roberto Rosa, neste ato representando o Secretário Aristides Cimadon; o senhor coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação do Ministério Público de Santa Catarina, Promotor de Justiça Eder Cristiano Viana; o presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), Natan Rech; e a senhora Pró-Reitora de Ensino da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Gabriela Botelho Mager. (*Palmas.*)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: magnífico Reitor da Unidade Central de Educação Faem Faculdade, Leandro Sorgatto; magnífico Reitor da Universidade do Planalto Catarinense, Kaio Henrique Coelho do Amarante; magnífica Vice-Reitora eleita da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Clerilei Aparecida Bier; senhor auditor fiscal do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Leandro Granemann Gaudêncio; senhor coordenador estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), professor Evandro Accadrolli; senhor presidente da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc), César Augusto Lunkes; senhor secretário executivo da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), Paulo Ivo Koehntopp; e senhor membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Natalino Uggioni.

Convidamos a excelentíssima senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Um bom-dia a todos.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar cada um e cada uma que estão aqui presencialmente e também os que estão nos acompanhando de forma *on-line*, porque eu sei que muitos estudantes estão participando, inclusive recebi de alguns Reitores agora também o pedido de *link* para acompanhar a audiência.

Então eu quero agradecer a todos que estão acompanhando esta audiência, a todos os membros da mesa em nome da professora Gabriela, que representa o magnífico Reitor Dilmar Baretta, que em função de compromissos assumidos mandou mensagem comunicando que não poderia vir, mas que uma comitiva de representantes da Udesc aqui estaria. Agradeço muito ao meu Colega Camilo... só faltou aqui o Deputado Marcos Vieira para nós retomarmos o trio (*ri*) que no ano passado fez várias e grandes reuniões, até nos sábados e domingos, sobre o Universidade Gratuita. Nós trabalhamos muito, então também temos responsabilidade sobre isso.

E olhem só vocês, o Deputado Camilo apresentou um requerimento para a realização de uma audiência e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, mas não falou comigo, e eu também não falei com ele sobre o meu pedido de audiência, porque eu fiz a mesma coisa, só que eu fiz um pouquinho antes e já tinha marcado esta audiência. Aí eu liguei para ele e disse: Camilo, não dá para fazermos duas audiências sobre o mesmo assunto, vamos fazer em conjunto. Então estamos aqui, CCJ e Educação e Cultura juntas. Muito obrigada, Colega (*dirige-se ao Deputado Camilo Martins*).

Também quero agradecer a participação do Coordenador do Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina, Deputado Napoleão – ele teve que sair para atender uma pessoa, mas já retorna, ficando até o final –; da professora doutora Luciane Ceretta, que representa neste ato o Sistema Acafe, todos os Reitores e todas as Reitoras junto com o professor Kaio, que também aqui está, que é o seu vice-presidente, aos quais agradecemos a oportunidade desta conversa; do Marcos, que representa neste ato o professor Cimadon; do Promotor Eder, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação do Ministério Público; do Natan, que representa neste ato os estudantes; e da Ampesc, que se faz presente em nome do Sorgatto.

Eu quero aqui só combinar com vocês a dinâmica desta audiência para que todos possam entender como ela vai se dar. Nós atrasamos um pouquinho o início da audiência em função do trânsito, que acabou dificultando a chegada de algumas autoridades, mas a nossa intenção é realizarmos uma audiência com um teto de duas horas. Pode ser? Se terminarmos antes, tudo bem, mas esse é o teto.

Nós vamos fazer uma apresentação inicial relatando as etapas desse projeto até o presente momento, o Deputado Camilo fará a sua manifestação, bem como os Deputados presentes a esta audiência e os demais membros da mesa, e depois nós abriremos um espaço para as falas de quem desejar se manifestar, apresentar propostas, ideias, questionamentos, sugestões, assim como abriremos espaço ao público que está *on-line* – inclusive no registro taquigráfico, na ata oficial da Alesc desta audiência nós anexamos os comentários feitos de forma virtual.

Então essa é a ideia geral e agora eu quero apresentar a vocês esse histórico.
(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Qual o histórico do Programa Universidade Gratuita?

No dia 29 de março foi feito o lançamento do Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina, coordenado pelo nosso Colega aqui da Assembleia Napoleão Bernardes. Em 4 de maio o Governador apresenta o projeto aos Deputados em um café da manhã na Casa d’Agrônômica e no mesmo dia, como Presidente da Comissão de Educação, nós fizemos um ao vivo apresentando as ideias iniciais, porque todos queriam saber como seria esse programa. No dia 16 de maio acontece a entrega oficial do projeto de lei de criação do Programa



Universidade Gratuita pelo Governador ao Presidente desta Casa, e ainda em maio o Deputado Camilo, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu, Deputada Luciane Carminatti, representando a Comissão de Educação e Cultura, e o Deputado Marcos Vieira, representando a Comissão de Finanças e Tributação, fomos designados para coordenar todo o processo.

No dia 20 de junho houve uma reunião extraordinária da Comissão de Educação e Cultura que contou com a presença do Governador, dos Deputados e das universidades comunitárias e privadas – e ressaltou que foi o único debate público sobre o projeto. Foi um momento muito importante, muito necessário, mas penso que esse foi um projeto de lei aprovado com extrema celeridade devido a sua magnitude, e por isso torna-se necessário este momento de escuta.

Em 23 de junho mais de 150 emendas são apresentadas ao Programa Universidade Gratuita, incluindo a alteração na Constituição quanto à proteção dos 25% da Educação Básica, porque nós tínhamos um artigo que dizia que no mínimo 5% deveriam ser investidos em bolsa estudantil. Ora, se é no mínimo 5%, pode ser 10%, e aí significa que a Educação Básica fica comprometida – e eu quero dizer que o Governador sempre disse que não iria mexer nos 25% da educação. Essa foi a fala dele e o que nós traduzimos foi uma PEC de nossa autoria, aprovada pelos quarenta Deputados, colocando isso no texto da lei estadual, ou seja, a proteção ao recurso da Educação Básica – está aqui o Sinte que acompanhou todo esse debate.

No dia 5 de julho ocorre a apresentação do relatório conjunto aos projetos que tratavam do Universidade Gratuita, com vista coletiva aos Deputados, exceto a PEC, que é proposta de emenda constitucional, que foi ao plenário no mesmo dia. Nós votamos primeiro a PEC para depois votar, então, a legislação do Universidade Gratuita – no dia 5 de julho a PEC foi aprovada pelos Deputados, foi uma aprovação relativamente tranquila, construída com o governo, com as universidades privadas e também com as universidades comunitárias. Nesse ponto não tivemos adversários, é importante que se diga isso, todo mundo abraçou o entendimento de que o papel do Estado é cuidar da Educação Básica, do Ensino Médio, sobretudo.

No dia 10 de julho, então, acontece a reunião decisiva com o governo e os Presidentes das três Comissões para discutir a retirada do projeto da contrapartida na qual as universidades particulares e da Acafe devem financiar cursos transitórios com itinerários formativos para alunos do Ensino Médio. Essa foi uma tratativa sobretudo com a Secretaria de Estado da Educação, que tinha no texto da lei a responsabilidade dos itinerários do Ensino Médio para as comunitárias. Então houve um avanço também nesse sentido.

No dia 11 de julho o Universidade Gratuita é aprovado em plenário; no dia 12 de dezembro a Acafe apresenta o balanço dos primeiros meses do Programa Universidade Gratuita nesta Casa, com números a partir do Fórum que o Napoleão coordena, então também são muito importantes; e no dia 19 de dezembro nós aprovamos o projeto de lei que limita as bolsas do Universidade Gratuita ao ensino presencial. Esse foi um marco por entender que dinheiro público deve ir para o incentivo ao ensino presencial e não EaD.

Bom, de lá para cá nós tivemos dois decretos regulamentadores e o último decreto, o Decreto Estadual nº 450, que é do final de janeiro de 2024, alterou partes do Decreto 219, que é o primeiro decreto, o que regulamentou todo o programa. E aqui colocamos três questões que nós resumimos do decreto, porque ele é muito extenso, tem muitos artigos: a questão do EaD, como eu já mencionei; que os estudantes contemplados no Uniedu poderão manter as bolsas até o final da graduação... E aqui tem uma questão que é importante se diga.

No texto original que nós apresentamos os estudantes do Uniedu poderiam permanecer naquele semestre, depois praticamente zerava e os estudantes que tinham bolsas parciais do Uniedu precisavam disputar as bolsas do Universidade Gratuita. Esse decreto faz uma alteração, ele permitiu que os estudantes pudessem optar por



permanecer no Uniedu até o final da sua graduação. O que acontece com isso? Acontece que reduz drasticamente o número de novas vagas do Universidade Gratuita. Então você tem um universo de quase trinta mil estudantes, mas não são vagas novas 100%. Por isso que todos os Deputados têm recebido muitas reclamações de estudantes que têm a expectativa de serem contemplados, mas que no final das contas não são, porque eles têm a da graduação em andamento. E eu não estou aqui fazendo juízo de valor, dizendo que está errado, porque quem está na universidade também quer concluir a sua universidade com a bolsa que tinha. Não é essa a questão. A questão é como informar, comunicar, não criando falsas expectativas de que terá um grande número de estudantes atendidos, porque isso não é real e nós precisamos ser honestos. Essa é uma questão que está colocada hoje e os Deputados estão sendo muito questionados.

E o terceiro ponto do decreto é a alteração na fórmula de cálculo e nos requisitos do índice de carência. Tem uma situação que nos foi colocada, e provavelmente a pessoa está nos acompanhando aqui, inclusive nos mandou documentos, dizendo que se uma pessoa ganha R\$ 5 mil na renda bruta, talvez ela fique fora do bolsa, só que a renda líquida, tirando imposto... só Imposto de Renda e INSS reduzem drasticamente a sua renda bruta, e isso pode ser um agravante, impedindo seu filho de estudar. Então vejam como precisamos ter responsabilidade sobre este debate aqui.

Eu quero terminar esse primeiro apanhado dizendo o seguinte: que bom que nós temos programas ao longo das últimas décadas em Santa Catarina que fizeram com que o nosso Estado fosse o segundo no País com o maior número de estudantes no Ensino Superior nessa faixa de idade. Que bom, ótimo, é dinheiro público, é um excelente investimento, mas precisamos ter muita responsabilidade sobre o futuro do programa, sobre os investimentos necessários e sobre as expectativas das pessoas.

Então esse é o objetivo aqui, que tenhamos uma audiência muito responsável. Não é de jogar fora o programa, nunca foi esse o objetivo, não é de dizer que o governo está errado, não é isso, não está colocado esse debate. Nós não temos um ano de programa, então significa que ajustes são necessários para aperfeiçoá-lo e para que aquele aluno que não é da Medicina e que pode ser da História, que pode ser da Pedagogia, que pode ser da Enfermagem, que pode ser da Administração, tenha o mesmo direito à bolsa do que aquele aluno da Medicina, que hoje está levando 55% de todas as vagas.

Esse é o debate que queremos fazer, como estruturamos universidades que tenham na sua composição a ideia do que é uma universidade. Isso nós discutíamos nas reuniões, que universidade não é uma área do conhecimento humano, universidade é o universo. Portanto, exatas, humanas, linguagens, saúde, todas precisam ter alunos, estar presentes nas nossas instituições.

Eu fui um pouco extensa aqui, peço desculpas, mas é para nos situarmos em relação às questões que são necessárias nós nos aprofundarmos.

Bom, após essa apresentação, eu vou passar a palavra ao Deputado Camilo, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CAMILO MARTINS – Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar a Deputada Luciane Carminatti e já fazer um agradecimento por nos autorizar a fazer esta reunião em conjunto, até para facilitar os trabalhos dos Deputados e também de todas as pessoas que estão diretamente ligadas, como os Reitores, o pessoal do governo. E quero fazer um cumprimento geral a todos vocês em nome da nossa Reitora Luciane Ceretta, que é uma incansável aqui na Assembleia Legislativa em busca desse grande programa que foi realizado no Estado de Santa Catarina.

O bom de nós termos uma Deputada professora é que ela já traz um apanhado geral facilitando o trabalho de todos nós. Eu vou tentar ser muito breve aqui, porque a Luciane praticamente já expôs tudo.

Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça temos alguns projetos em tramitação nos quais queremos fazer algumas adequações, alguns ajustes para



esse programa. Como falou a Deputada Luciane, é um grande programa, mas ele carece de melhorias, de ajustes, e é isso o que a Assembleia Legislativa tem feito e cumprido o seu dever, que é ouvir a sociedade catarinense. [*Transcrição: Eduardo Luiz Adami da Silva / Leitura: Siomara G. Videira*]

Nós temos recebido muitos alunos aqui nos cobrando, porque se criou uma grande expectativa e muitas vezes essa expectativa está gerando hoje frustração e nós queremos, de forma muito democrática, ouvindo todos nesta audiência pública, achar o melhor entendimento para que esse programa se perpetue ao longo dos anos, porque eu não tenho dúvida que ele é inovador, sim, vai melhorar Santa Catarina, que já é um dos melhores Estados do Brasil, porque educação sempre é um grande investimento e não podemos abrir mão dessas adequações.

O Deputado Napoleão, a quem cumprimento, é um grande defensor desse programa e também propositor de algumas alterações por meio de um projeto de lei, e por isso nós estamos aqui nesta manhã.

Então queremos hoje sair daqui com as dúvidas esclarecidas adequar, da melhor maneira possível, não é, Deputado Napoleão, esse programa que vem revolucionando a educação de Santa Catarina. Só que nós, como viajamos muito, estamos recebendo pressão de todos os lados, de alunos que aguardavam ansiosos por uma bolsa e que, por vezes, não foram contemplados. Por isso nós temos que, da melhor maneira possível, achar algumas soluções para esse programa.

Portanto, agradeço esta oportunidade e vamos estar aqui debatendo nesta audiência pública a melhor solução para o Programa Universidade Gratuita de Santa Catarina.

Muito obrigado, Deputada Luciane.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Deputado Camilo.

Com a palavra o Deputado Napoleão Bernardes, Coordenador do Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES – Bom dia, nossa querida Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, uma referência neste tema, a Deputada Luciane, por quem temos extremo carinho e respeito e extrema admiração; nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Camilo Martins, é uma honra ser presidido por vossa excelência; cumprimento a Reitora Luciane Ceretta, cidadã catarinense, uma querida amiga, mas acima de tudo uma excepcional profissional da educação, uma Reitora de excelência e que representa o conjunto dos Reitores das universidades comunitárias catarinenses, um modelo exitoso, um modelo pioneiro, um modelo de vanguarda e um modelo que é referência e de muita inspiração e muito orgulho para Santa Catarina. Portanto, em nome da nossa querida Reitora Ceretta, esse externar de reconhecimento, de gratidão e de admiração é compartilhado por todas as universidades comunitárias do Estado de Santa Catarina; cumprimento também a Secretaria da Educação; o Ministério Público; todas as instituições aqui representadas; as demais universidades públicas e privadas que também são representadas e fazem parte do grande conjunto do sistema universitário catarinense, que é o modelo para o Brasil e é uma referência em todos os seus aspectos.

Numa brevíssima linha do tempo, mas muito brevíssima mesmo, porque o objetivo é ouvi-los, houve um momento em Santa Catarina em que a única oportunidade para o ingresso no Ensino Superior era via Universidade Federal de Santa Catarina, sediada em Florianópolis, concentrada na Capital. Aquilo, é óbvio, cerceava, limitava, proibia a possibilidade de muitos catarinenses até cogitarem estar no Ensino Superior, porque não era só a barreira do vestibular, mas era a barreira geográfica, era a barreira da distância e a barreira financeira, porque ainda que a universidade fosse pública e gratuita, o deslocamento não era, a moradia não era, o estar longe da família não era,



implicando em gastos. Na linha da história isso é algo relativamente recente, cinquenta anos, sessenta anos, isso é ontem. Então ontem, em Santa Catarina, quem não fosse geograficamente vinculado a Florianópolis, tinha inclusive uma dificuldade de acesso e, portanto, uma grande possibilidade de estar impossibilitado de cursar o Ensino Superior.

Houve, mais tarde, um movimento da Universidade Estadual de Santa Catarina, da Udesc, que nos orgulha, que nos inspira, que é uma referência e que tem cursos de excelência, mas o modelo público, única e exclusivamente, não dá conta do recado, há muito mais demanda por vagas do que capacidade de oferta no sistema universitário público no Estado de Santa Catarina, seja federal, seja estadual.

E aí, nesse meio tempo, surgem as universidades comunitárias, que permitiram uma descentralização e uma capilaridade em relação ao Estado. E Santa Catarina tem um grau de desenvolvimento relativamente homogêneo, óbvio que há diferenças, mas na média aqui há um minimizar das diferenças regionais, até porque esse modelo comunitário de ensino, através das universidades comunitárias, permitiu nas respectivas regiões e atendida às vocações regionais, a possibilidade daquelas pessoas daquelas determinadas regiões fazerem o seu ingresso num curso superior. Então hoje nós temos um sistema comunitário de Ensino Superior permeado pelo Estado de Santa Catarina.

O Estado cresceu e se desenvolveu e, óbvio, também as comunitárias sozinhas não davam conta do recado em termos de oportunidade de vagas, em termos de cobertura do espaço físico. E, aí, num determinado modelo e num determinado momento do Brasil, surgem as universidades privadas, cumprindo também um papel social muito importante, muito significativo, de ampliar ainda mais essa cobertura e de democratizar ainda mais a condição de acesso ao Ensino Superior. Então Santa Catarina tem um modelo bastante rico, bastante vasto e, como dizem os mais jovens, cada um no seu quadrado, cumprindo o seu papel, dentro do seu propósito, mas, acima de tudo, com senso de responsabilidade.

Vem a linha de corte e é o momento em que nós chegamos, em que a questão financeira, o pesar no bolso, passou também a limitar a possibilidade de muitos sonharem com o curso superior. Alguns, portanto, nessa condição nem chegam a cogitar sonhar em fazer uma faculdade, e aí é muito triste e traz reflexo até para o Ensino Médio, que eventualmente se torna menos atrativo, porque muitos jovens não têm a perspectiva de estar em uma faculdade pela limitação financeira, e isso acaba gerando consequência até na própria evasão do Ensino Médio.

Faço um parêntese para a iniciativa exitosa, e quiçá exitosa, mais vanguardista do governo do Estado de acoplar o ensino técnico ao Ensino Médio e, portanto, torná-lo mais atrativo no sentido do passaporte para oportunidades do mercado de trabalho, e mesmo com o ensino técnico lá na frente poder sonhar com o Ensino Superior, até com mais maturidade de mercado para saber qual curso seguir. Mas independente disso, o fato é que hoje muitos escolhem um curso superior, uma faculdade, uma graduação, não pela vocação que têm, pela profissão que querem ter de verdade, mas pelo que o bolso pode pagar. E aí estamos gerando um profissional frustrado, um profissional triste, na verdade um ser humano frustrado, um ser humano triste, que vai estar na profissão que não é a profissão do seu sonho, e isso limitado pela impossibilidade do bolso.

O sistema Uniedu cumpriu um papel importante, mas a posição do governo foi pelo Universidade Gratuita, e nos chega esse projeto na Assembleia Legislativa. E aí eu destaco aqui o papel proeminente do Presidente Camilo na Comissão de Constituição e Justiça, que foi o Relator da matéria no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, do Deputado Marcos Vieira, Presidente e Relator da matéria no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, e da Deputada Luciane Carminatti, Presidente e Relatora dessa matéria no âmbito da Comissão de Educação e Cultura. Na verdade o projeto chegou e foi colocado no nosso colo, mas o nó tinha que ser desatado, não é? E aí houve um



esforço muito grande do conjunto das universidades e do conjunto do Parlamento para aperfeiçoar e lapidar aquilo que chegou.

Eu lembro como se fosse hoje, era um domingo, Dia das Mães, e a Deputada Luciane, ao invés de estar recebendo a sua família na sua casa, com alegria, estava numa audiência pública virtual num domingo, e eu não estava com a minha mãe, o Camilo não estava com a mãe dele e a Luciane não estava podendo receber o abraço de seus filhos, porque a reunião foi na hora do almoço. Só para vocês notarem a que ponto chegamos, e isso é verdade, isso aconteceu, e sem falar do esforço das universidades privadas e das comunitárias. Então alguns nós foram sendo desatados.

A política, no bom sentido da palavra, a política com P maiúsculo, é a arte do possível: existe o ótimo, existe o ideal e existe aquilo que é possível. Então, cada um dos atores aqui envolvidos abriu mão de determinados fatores que acreditava para que se buscasse o senso do possível. E esse foi o resultado do primeiro texto, e se avançou muito no primeiro texto.

Havia uma preocupação inicial: vai tirar recursos da Educação Básica? E aí teve uma luta firme dizendo que não, que está na Constituição, não se mexe nos 25% da educação. E aí o segundo entrave: vai tirar dinheiro então da Udesc? Não! Fizemos a força-tarefa e está assegurada a Udesc. Mas precisa ter o ensino técnico. E está lá o ensino técnico. Mas como fica a proporção entre as universidades privadas e as comunitárias? Enfim, chegou-se a um denominador mais ou menos comum daquilo que foi possível, uns com uma posição, outros com outra, mas no geral foi aprovado quase que por unanimidade, foram 38 votos a 2. Óbvio que dos 38, alguns acreditavam que o texto deveria ser mais assim, outros mais assado. Para mim o texto tinha que ser outro, mas votei a favor, pois é ter o programa ou não ter.

Fiz toda essa linha do tempo, e tentei ser sintético, para dizer por que nós estamos aqui e qual é o momento. O programa é importante, o programa é oportuno, o programa é avançado, é um programa inovador, mas é um programa que tem problemas, lógico que tem problema, e como não, se o troço é inovador, se o troço é avançado, se o troço é diferente! Nós estamos com seis meses de programa, então estamos vivendo uma transição e não podemos simplesmente partir do pressuposto de que temos que desmanchar, temos que partir do pressuposto de que temos que aperfeiçoar.

No ano passado nós estivemos aqui, salvo engano neste auditório, em uma audiência pública conjunta do Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias de Ensino Superior com a Comissão de Educação e Cultura e ouvimos uma série de ponderações. E vejam como a coisa é dinâmica: daquelas ponderações originais, algumas inclusive no recesso, a própria Secretaria de Estado já deu conta do recado. É um processo contínuo de lapidação e de aperfeiçoamento e todos nós queremos o mesmo resultado. Óbvio que o sonho dos sonhos é que fosse 100% de graça para todo mundo, a qualquer tempo, a qualquer momento, em qualquer condição. Que coisa linda e maravilhosa seria, não é? Mas, enfim, entre o sonho e a possibilidade tem outros quinhentos.

Então, a meu ver, e aí é um juízo individual de valor, temos que lapidar o programa para que ele beneficie aqueles que mais precisam, em primeiro lugar, e vamos ampliando, e vamos ampliando, e vamos ampliando.

Então apresentamos um projeto de lei, fruto daquela audiência de dezembro, que na verdade a ideia é de um projeto de lei guarda-chuva, para que cada questão que surja, seja para acrescentar, seja para tirar, vá para aquele projeto de lei e vamos lapidando a redação. A ideia é essa. Críticas haverá? Óbvio que haverá. Desafios haverá? Óbvio que haverá. Frustrações haverá? Óbvio que haverá. Agora, temos que trabalhar... Existem momentos em que se joga para a plateia, mas existem momentos em que temos que jogar com os dados da realidade. O recurso financeiro é finito, as demandas são infinitas e numa equação dessas, o que temos que preponderar? Que



isso seja assegurado àqueles que mais precisam, dentro de um critério objetivo que retrate um pouquinho mais de justiça no acesso.

Eu penso que talvez esse seja o nosso papel como Assembleia Legislativa, ser um guardião para que esse interesse público seja preservado, reconhecendo que é um projeto inovador, reconhecendo que é um projeto importante, reconhecendo que todas as partes estão fazendo um esforço de entendimento para se chegar ao melhor denominador comum.

Então, a meu ver, eu reconheço aqui os avanços que houve no programa. É óbvio que quando se começa se tem uma expectativa e pode-se ter uma frustração no andar da carruagem, mas, como sempre se disse, seria gradual e seria gradativo. Nós estamos com meio semestre na prática, indo agora para o primeiro ano. No primeiro ano vai ter mais gente inclusa, no segundo ano vai ter bem mais gente inclusa, no terceiro vai ter bem mais gente inclusa, e assim por diante, e dentro do limite financeiro que há, vamos buscar fazer o melhor desenho para que mais pessoas, as que mais precisam, tenham assim a sua melhor oportunidade.

Essa é a minha contribuição, digamos assim, naquilo que penso, naquilo que avalio, mas sem desmerecer o que está sendo feito, inclusive reconhecer que as universidades têm se esforçado, pois para elas também é um dilema, é um sistema novo, é tudo novo, para o aluno fica aquela interrogação na cabeça, fica uma espada sobre a cabeça, e para nós, Deputados que votamos, vem a cobrança, vem a pressão, mas está todo mundo fazendo um esforço de compreensão, de ponderação e de aperfeiçoamento. E, como eu disse, de dezembro, onde estávamos e o que ouvimos aqui, para agora, muita coisa que está até no projeto de lei a própria Secretaria deu conta do recado e já fez pelos seus meios administrativos, e eu tenho certeza que lá na frente assim será.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Muito obrigada, Deputado Napoleão.

Convido a fazer parte da mesa o meu colega, Deputado Maurício Eskudlark, a quem já pergunto se deseja se manifestar agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MAURÍCIO ESKUDLARK – Bom dia a todos. Quero agradecer a Deus por este momento importante.

O Júlio me pediu que alguém do governo, da bancada, estivesse aqui, e como disse o Colega Napoleão, os projetos têm tido a sua votação quase unânime nesta Casa; vem do governo, na discussão é aprimorado, então eu tenho dificuldade, Colega Luciane, de dizer o que é do governo e o que não é. Claro que tem uma oposição que fiscaliza, que acompanha, mas com racionalidade, com inteligência e com altivez é realizado o debate dos projetos.

Queria saudar dos meus Colegas, a Reitora Luciane, que representa as instituições, e vejo ali o Sorgatto.

Eu poderia fazer minhas as palavras do Colega Napoleão.

Todo mundo diz para eu não falar, mas eu vou falar. A minha voz já é do interior, mas eu estou com um probleminha muscular. Só vou dizer para vocês: tratei um ano com os médicos dizendo que eu tinha Parkinson, e eu não tenho Parkinson. Tomei medicação, fiquei um ano cuidando de algo que eu não tinha, porque eu estou com um problema muscular, que pegou o braço, aparentemente um derramezinho, e pegou um pouquinho a minha voz. Na semana passada, depois de um ano, um médico daqui me chamou e fui fazer um exame com ele – isso que estou me tratando no Albert Einstein e em Curitiba de Parkinson –, e ele o doutor Ciro disse: “Você não tem Parkinson.” Imaginem o choque. E aí a pergunta que eu fiz: “Doutor, pode ser pior?” (*Risos.*) E o pior é que ele disse que podia, porque tem ELA, tem tantas doenças; eu quase pedi para ele me devolver o Parkinson.

Bom, fui a São Paulo, fiz os exames e o que eu tenho é um problema muscular, vou ter que colocar botox nas cordas vocais, rapaz! Devo ficar bom, porque mulher fica bem com botox, não é? É um tratamento que os radialistas às vezes fazem. E eu, em



três dias, sou um cara novo. Agradeço a Deus, agradeço às pessoas que oraram por mim, que viram que eu estava assim. A minha queda maior não era da doença, porque eu nem tinha, era da cabeça, por pensar na família, no trabalho, nos amigos, e esta é a primeira vez que eu estou falando no microfone. Então, eu nasci de novo na segunda-feira, quando o médico nos chamou, eu e a esposa, e disse: “Não é ELA, não é Parkinson, você está com problema muscular que nós vamos tratar.” Então, agradeço a solidariedade dos colegas e de todos.

Quanto ao tema, eu faço minhas as palavras do Deputado Napoleão, que inclusive fez uma emenda, porque a metade dos recursos está indo para Medicina. Eu perguntei para ele: “Colega, qual é o curso que o filho de pobre quer fazer e não consegue?” É Medicina, Odontologia, esses cursos? Então se vai mais recursos, também está atendendo o objetivo.

Hoje eu vejo, com todo o respeito ao EaD e ao presencial, que tem gente que quer um diploma, que quer uma formação. Quem quer um diploma, me diz: eu vou fazer à distância porque é mais rápido, mais barato, e eu quero o diploma para fazer concurso, eu não quero exercer essa profissão do curso que eu estou fazendo. E eu já recebi esse comentário de muitas pessoas. Então nós não podemos dar bolsa para curso que se faz a R\$ 200,00 por mês, a R\$ 90,00 por mês, desculpem a minha sinceridade, eu tenho que dar bolsa para quem quer fazer um curso que foi o sonho da sua vida e que não consegue pagar, fora isso é enganar. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Djonathan Costa*]

Então, quem quer ser dentista, ser agrônomo, ser médico, tantas outras profissões, é para esse curso que o filho do pobre não pode fazer o objetivo do Universidade Gratuita do governo Jorginho. Antes, onde nós tínhamos o gratuito? Na Federal, que antigamente só passava o filho de rico, pobre não fazia; eu fiz crédito educativo, trabalhei no Bradesco de madrugada para fazer a minha faculdade de Direito e quando concluí eu paguei no mesmo tempo que tinha recebido.

Então, o objetivo da bolsa, como disse o Deputado Napoleão, e a Luciane muito preocupada em ajustar, nós temos que ajustar, mas o objetivo da bolsa é o curso, a faculdade para o filho do pobre que não tem condições de pagar. Com isso nós estamos dentro do programa e estamos todos aqui na Assembleia à disposição para ajudar.

Vejo que a Udesc ainda não conseguiu atingir todos os recantos de Santa Catarina, não consegue atender, então juntos temos que construir oportunidades para valorizar as faculdades particulares e para valorizar também quem quer fazer um curso superior e não pode pagar. Esse é o meu pensamento e eu sei que esse também é o pensamento do Governador Jorginho. E estamos à disposição aqui na Assembleia.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigado, Deputado Maurício.

Vamos dar andamento às falas da mesa e peço que todos sejam objetivos.

Passo a palavra à senhora Pró-Reitora de Ensino da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Gabriela Botelho Mager, representando o Reitor Dilmar Baretta – lembrando que a Udesc também integra o Sistema Acafe.

A SRA. PRÓ-REITORA GABRIELA BOTELHO MAGER – Um bom-dia a todos. Em nome do professor Baretta vim representando a nossa Universidade, que todos sabem é a universidade do Estado, pública, gratuita e fazemos parte do Sistema Acafe.

Temos acompanhado as nossas universidades-irmãs no sistema durante todo esse período, contribuindo da maneira que podíamos, com legislação, com normativas, porque nós sabemos que a partir do momento que as universidades têm que lidar com recurso público, existe uma série de travas e de responsabilidades a mais.

O professor Baretta me pediu para distribuir a todos os presentes um balanço da nossa gestão, que se encerra agora no dia 11 de abril. Estamos aqui em bloco, com as Pró-Reitoras Mariana e Aline; representando a Proex está aqui o professor Jara;



também a nossa futura Vice-Reitora, que é a professora Clerilei; e mais alguns da nossa equipe que depois farão a distribuição do balanço.

Nesses quatro anos a universidade avançou muito e o professor Baretta pediu para agradecer o esforço de todos os Deputados pela manutenção do nosso duodécimo, pois ele é bastante importante para gerirmos tudo o que fazemos na instituição, e somos muito parceiros das outras instituições do Sistema Acafe, e continuaremos a ser e lutamos para que o Universidade Gratuita fosse implementado, porque assim como já falado pelo Deputado Napoleão, foi bastante importante todo esse sistema que está surgindo do Universidade Gratuita, porque a Udesc realmente não consegue chegar a todas as cidades do Estado, ela está em todas as mesorregiões, mas como ecossistema educacional é necessário para todos os estudantes que haja universidades públicas, como a Udesc, a UFSC, o IFSC, assim como todo o Sistema Acafe e também as universidades particulares.

A nossa fala é breve, é mais no intuito de realmente fortalecer o Sistema Acafe e dizer que nós somos parceiros, e como instituição pública do Estado estamos à disposição de todos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada.

Com a palavra o senhor Marcos Roberto Rosa, diretor de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação, representando o Secretário, professor Aristides Cimadon.

O SR. MARCOS ROBERTO ROSA – Muito bom-dia a todos.

Deputada Luciane, Deputado Camilo, Deputado Napoleão, Deputado Maurício, uma saudação em nome do Secretário Aristides Cimadon, que encaminha um carinhoso abraço a todos e sente por não poder estar aqui hoje. Mas eu preciso compartilhar algumas informações a respeito da execução do programa.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

São muitas informações e bastante significativas, mas eu prometo ficar dentro do tempo que foi colocado para nós discutirmos.

Muitos dos assuntos que foram levantados já na fala dos senhores Deputados nos remetem, em grande parte, à execução do programa. Nós iniciamos a execução no segundo semestre de 2023 atentos aos recursos, à legislação e a tudo aquilo que estava vinculado a esse momento de transição. É importante destacarmos o artigo 25, da Lei Complementar 831, que trouxe a garantia da continuidade durante a transição de implantação do Programa Universidade Gratuita, que é uma transição crescente ao longo dos próximos três anos, inclusive, não ficando desassistidos aqueles estudantes que estavam recebendo seus benefícios pelo Uniedu. Essa foi uma demanda bastante grande durante o período de discussão dessa nova legislação, trazida, na maioria das vezes, pelos próprios estudantes, que procuravam tanto os Deputados quanto a Secretaria, e os Deputados também procuravam a Secretaria, sendo feita toda uma costura, todo um ajuste especificamente lá no artigo 25 – eu acho que ele foi muito discutido, muito debatido, inclusive no dia da votação, momentos antes houve um consenso a respeito de como seria essa transição. Isso nos traz ao cenário atual.

Então, esse painel que está em tela (*aponta para a imagem*) mostra todos os programas de apoio ao Ensino Superior que o governo do Estado mantém hoje. Então é uma prerrogativa legal também que a SED dê transparência e isso será lançado oficialmente, vocês estão vendo em primeira mão aqui hoje, no início de abril pelo Secretário Cimadon, em uma audiência que está sendo preparada, para a qual serão convidados os Deputados, os órgãos de controle, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os demais órgãos de governo. Mas ele me autorizou a já compartilhar alguns números, alguns dados com vocês, tudo já está consolidado, o segundo semestre de 2023 está fechado.

Nós temos três programas, o Universidade Gratuita, o Fumdes e o Uniedu, e esses três programas estão contemplados nas duas legislações atuais, a Lei



Complementar 831 e a Lei 18.672, que regulamenta o Fumdes. Os estudantes do Uniedu estão assegurados, dependendo da instituição à qual estão matriculados, ou por uma legislação ou por outra. Então, por isso é importante nós observarmos a consolidação do que aconteceu no segundo semestre.

A legislação traz um montante de recursos previsto para fazer a implantação do programa em cada um dos anos, iniciou-se no segundo semestre de 2023 e vai numa crescente até 2026. E esse montante de recurso também contempla a continuidade daqueles estudantes que já eram beneficiados. Então nós não podemos segregar, não podemos separar, sem correr o risco de contrariar a legislação.

Por isso essa visão geral (*aponta para a tabela*) em que conseguimos observar, na primeira linha, os estudantes que se cadastraram para concorrer aos benefícios de cada um dos programas; na segunda linha estão os dados dos que foram efetivamente beneficiados; e na terceira linha estão os investimentos que foram feitos em cada um dos programas e no total.

Essa é a tela do Universidade Gratuita (*aponta para a imagem*), que é o foco hoje da nossa audiência. Esse painel vai estar disponível no *site* da Secretaria da Educação para consulta pública, aberto para a população de uma forma geral, e cada um dos programas pode ser consultado de forma independente.

Quando nós olhamos somente o Programa Universidade Gratuita, observamos que foram 12.601 estudantes que completaram o seu cadastro, aqueles estudantes que buscaram o Programa Universidade Gratuita. E quando o Deputado Napoleão e a Deputada Luciane falam que existe uma demanda ou uma expectativa de atendimento, vale ressaltar que dentre os estudantes que já estavam matriculados e recebendo os benefícios do Uniedu, no semestre passado, 75% desses estudantes optaram por continuar no Uniedu – e essa é uma opção do estudante, não é uma obrigatoriedade do Estado. Como o recurso é o mesmo, o Deputado bem disse, o recurso é finito e as demandas são infinitas, o consumo desses recursos, vamos dizer assim, foram mais ou menos da mesma proporção. Dentro dessa concepção, talvez por insegurança ou desconhecimento do programa, houve um movimento muito forte dos estudantes para permanecerem no Uniedu.

Neste segundo semestre de 2024 (*sic*) nós já percebemos um movimento um pouco diferente, e depois eu vou falar um pouquinho dessa mudança que houve no decreto. Um movimento diferente por quê? No início de fevereiro houve um momento para que os estudantes optassem se queriam continuar no Uniedu ou queriam concorrer no outro programa, e já diminuiu. Daqueles 75%, nós já observamos que em torno de 60% dos estudantes optaram por renovar o seu benefício – esses dados não estão aqui no painel, porque não estão consolidados, são dados de 2024, mas esse movimento já ocorreu. Da mesma forma como o movimento que finalizamos ontem de renovação das bolsas daqueles que foram contemplados no ano passado, e já tivemos algumas desistências, já tivemos alunos reprovados, ou seja, nem todos aqueles que foram beneficiados no ano passado conseguem renovar agora. E estamos terminando, na semana que vem, o período de cadastramento. Então há, sim, uma expectativa de que nós ultrapassemos aqueles doze mil que se cadastraram no semestre passado.

De maneira geral, o que mais nos preocupava era a contrapartida das instituições, aquela de ceder uma vaga a cada quatro subsidiadas pelo Estado. Então naquela coluna (*aponta para a imagem*) onde estão os beneficiados na graduação – está separado, ficou pequenininho, está difícil de ver, mas nós conseguimos enxergar que existe um quantitativo de estudantes que foram beneficiados com recursos do Estado e existe um quantitativo, que daqui eu consigo enxergar, 913, que foram beneficiados pela contrapartida, ou seja, as instituições estão bancando aquelas bolsas. E a divisão simples de um pelo outro dá um para quatro, então foi cumprido, está tudo tranquilo e dentro da normalidade.

Por favor, clique ali no *link* beneficiados, só para falarmos sobre a questão que foi levantada sobre o curso de Medicina.



Há uma narrativa ou um consenso popular de que os estudantes de Medicina teriam consumido em torno de 50%, mas não é o que os números mostram. Logo ali abaixo (*mostra gráfico*), no primeiro gráfico de barras, temos o quantitativo de estudantes que foram beneficiados por cursos, e na barra do curso de Direito, por exemplo, mostra a quantidade de estudantes que foram beneficiados somente no curso de Direito. Então, qual o curso que mais beneficiou no semestre passado? Direito, com 777 estudantes beneficiados somente pelo Universidade Gratuita, aqui não estamos falando nem de Fumdes, nem do Uniedu. O segundo curso é a Medicina que, salvo engano, foram 552. Então, em quantidade de alunos o curso de Direito foi o que teve mais alunos beneficiados.

No *menu* investimentos veremos os recursos que foram alocados para isso. Na primeira barra vocês verão que o recurso alocado para o curso de Medicina foi maior, bem maior – e ali estão todos os cursos, o painel é bastante interativo. Mas quando nós pegamos o quantitativo de recursos do estudante que foi beneficiado com Medicina, ele atinge R\$ 27 milhões, esse recurso chega a 47% do total. Muitas pessoas se assustaram quando viram esse número no Universidade Gratuita, mas nós temos a série histórica do Uniedu no painel e vocês vão poder verificar que isso é algo que acontece desde sempre no Uniedu, e por quê? Pelo valor da mensalidade.

Então, quando nós olhamos um estudante de Medicina lá no Uniedu, ele consumia recursos equivalentes a oito estudantes de outros cursos, eu comparei só com Direito, que é um curso que tem um valor relativamente alto. No Universidade Gratuita, no segundo semestre de 2023, um estudante de Medicina consumiu recursos equivalentes a seis estudantes de Direito, ou seja, diminuiu a proporção no semestre passado. Portanto, não houve um aumento... Talvez as informações que chegaram aos Deputados ou as pessoas que as trouxeram não tivessem um conhecimento mais profundo dos números e dos programas educacionais. Isso é algo que desde sempre acontecia no Uniedu, e eu digo sem medo de errar para vocês que era um pouquinho pior, melhorou um pouco agora.

Então, quando nós falamos em limitar recursos, temos que pensar também no quantitativo de estudantes. Quando você vai lá e fala que iremos limitar em 25%, como é o projeto que está colocado e é um dos debates que acredito vá acontecer aqui hoje, eu quero somente levantar a seguinte questão: no recurso financeiro também precisa ser levado em conta o quanto esse curso consome de recursos, porque senão nós vamos criar uma frustração muito grande em um grupo específico de estudantes. Uma limitação dessa magnitude pode impactar diretamente nos estudantes dos cursos de Medicina, que terão ainda mais frustradas as suas expectativas, Deputado.

Então, temos que olhar com muito carinho essa proposta, de repente rever essa redação para que possamos construir juntos o melhor caminho para isso.

Outras informações que podemos extrair desse painel e que são das mudanças do semestre passado...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Marcos, quantas licenciaturas estão levando do Universidade Gratuita?

O SR. MARCOS ROBERTO ROSA – Está tudo no painel. Se nós colocarmos o *mouse* em cima da Pedagogia, por exemplo (*aponta para a imagem*), que é o quarto curso que leva o maior número de recursos... É Psicologia que está ali, daqui não estou enxergando muito bem, mas se forem rolando o *mouse* para baixo, se consegue ver os cursos de licenciatura.

E aí, Deputada, só uma observação a respeito dos cursos de licenciatura: a maioria dos cursos de licenciatura que são subsidiados pelo Estado, a grande maioria não tem... A licenciatura tem algo diferente, porque o Estado promove cursos de licenciatura por meio de editais específicos e esses editais estão no Uniedu, são editais que garantem aos estudantes não só a vaga, como inclusive uma ajuda de custo para ele poder cursar licenciaturas. Então nós temos turmas específicas. No início do ano passado, quando começou o programa, nós tínhamos 5.500 e alguns estudantes de



licenciatura sendo subsidiados pelo Uniedu e eles não migraram para cá, porque eles recebem isso lá no Uniedu.

Então, para olhar licenciatura é preciso olhar os três programas juntos. A massa dos alunos, tanto de Pedagogia quanto de licenciatura, aquelas direcionadas, estão no Uniedu, eles não vieram para o Universidade Gratuita, porque o subsídio é por edital, então não conseguimos enxergá-los aqui, mas se entrarmos no painel do Uniedu e buscar as licenciaturas, lá eles aparecem e com bastante força. Normalmente os cursos de licenciatura têm um valor de mensalidade um pouco mais barato e esses estudantes optaram pelo Uniedu porque lá eles têm uma condição um pouco diferenciada, a contrapartida deles é de 20 horas semestrais, aqui eles teriam 20 horas mensais. Então foi uma opção do aluno ficar no Uniedu, por isso eles não aparecem aqui tão forte. [Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Rafael José de Souza]

Mas vocês ficarão com o *link*, isso vai ser publicado e esse recorte das licenciaturas vai poder ser feito lá no outro painel do Uniedu. Se tivermos tempo para ficar aqui até as três horas da tarde, eu mostro tudo isso para vocês, sem problema nenhum.

Sobre as mudanças que foram citadas pelo Deputado Napoleão e que foram feitas no recesso, são demandas que chegaram de grupos dos próprios estudantes na Secretaria, chegaram também aqui na Alesc, aos Deputados, eu acredito que todos eles receberam essa expectativa, principalmente no que diz respeito à continuidade do Uniedu nos anos seguintes. O artigo 25, da Lei Complementar 831, e o artigo 24, da Lei 18.672, prevêem que o estudante do Uniedu teria essa prerrogativa até o término do seu curso ou do seu projeto de pesquisa. Essa mudança, naquele primeiro momento – vale lembrar que a lei foi aprovada, salvo engano, no dia 29 de julho, publicada no Diário Oficial e dois dias depois nós publicamos o decreto... É um momento de transição e ele precisou dessa melhoria para adequar o decreto ao que estava no texto legal. Então esse decreto, no primeiro momento, deu conta de 2023 e o novo decreto, o Decreto 450 e o Decreto 451, deram conta agora da continuidade no Uniedu, então ele prevê que é uma opção do estudante, ou seja, se quiser continuar no Uniedu, ele pode.

Qual é o impacto disso? O recurso é o mesmo. É uma única lei que determina tantos milhões de reais para o atendimento de até tantos estudantes. Então, quando o estudante renova no Uniedu, ele é um estudante. Podem dizer: ah, mas ele não é do Universidade Gratuita. Ele está amparado pela legislação do Universidade Gratuita. O nome do programa é diferente, mas ele está dentro do mesmo bojo, e a mesma coisa acontece com o estudante do Fumdes, ele não é um estudante do Fumdes, ele é um estudante do Uniedu, mas ele está amparado também pela Lei 18.672.

Essas colocações são importantes para se entender o cenário, quando falamos nessa questão da contrapartida, principalmente, isso influencia bastante o estudante. Lembrando que o projeto original veio para a Assembleia com 4 horas de contrapartidas mensais e ele foi melhorado aqui, que aumentou para 20 horas mensais. O projeto original do governo era de 4 horas, ele veio para cá e foi aumentado. Então essa foi uma opção dos Deputados, naquelas cento e tantas emendas que foram aprovadas, de que a contrapartida precisaria ser um pouquinho maior. Nós seguimos, obviamente, o que está no texto legal para executar o programa. Isso faz com que os estudantes possam optar e essa mudança, também no Uniedu, consome parte dos recursos, as renovações do semestre passado consomem a outra parte e o restante fica disponível para os novos estudantes.

Então, de forma bem rápida, de forma bem geral, para não tomar muito tempo, era isso. Mas fico à disposição para tirar qualquer outra dúvida sobre o processo, sobre as inscrições, o que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k., obrigada. Depois faremos o debate.

Com a palavra o Natan Rech, presidente da União Catarinense dos Estudantes.



O ESTUDANTE NATAN RECH – Como a Lu me apresentou, eu me chamo Natan, eu sou estudante da Universidade Federal da Fronteira Sul e sou presidente da União Catarinense dos Estudantes. E quero começar aqui primeiro saudando, principalmente os estudantes que estão acompanhando, em especial o pessoal do DCE, da Univali, se não me engano, que está aqui.

Quero dizer que desde o início da discussão do projeto a União Catarinense dos Estudantes se colocou à disposição de debatê-lo, porque compreendíamos que ele seria uma ferramenta muito importante de ampliação do acesso ao Ensino Superior no Estado de Santa Catarina. E compreendemos que como todo e qualquer projeto, quando está sendo implementado, tem as suas dificuldades, e acho que para melhorar, para ampliar e para garantir a implementação efetiva desses projetos, audiências como esta são necessárias para que se tenha uma escuta ativa e efetiva.

Quando falamos dessas discussões que foram feitas no debate do Universidade Gratuita, a União Catarinense dos Estudantes, no início dele, fez uma rodada com todos os Deputados da Assembleia Legislativa, com os Reitores das universidades comunitárias, das universidades privadas, fizemos uma conversa com os DCEs aqui do Estado de Santa Catarina para entender, de fato, qual seria o posicionamento da entidade referente ao Programa Universidade Gratuita.

Com base nisso escrevemos um documento que seria a base do que defenderíamos para o projeto. Eu tenho ele aqui em mãos e vou citar alguns dos itens que seriam primordiais para a execução do projeto – o documento está disponível nas nossas redes para quem quiser, depois, fazer a leitura completa. Seria: a construção e a consolidação de uma comissão mista e permanente de avaliação e monitoramento da qualidade no programa, uma comissão estadual; a necessidade da defesa e de investimentos em pesquisa e extensão; a formação de professores através da manutenção e do incentivo às licenciaturas; e, por fim, a desburocratização da concessão das bolsas.

Nós percebemos que muitos desses pontos foram acolhidos, alguns estão sendo implementados, outros estão sendo discutidos agora, e eu acho que estamos no caminho certo para fazermos esse debate, mas é necessário que compreendamos que o Programa Universidade Gratuita fala muito dos sonhos dos nossos estudantes, e muitas das vezes o sonho do estudante pobre não é fazer Medicina, é fazer Matemática, o sonho do estudante pobre é fazer Pedagogia, e uma bolsa de ensino é a garantia de que ele consiga fazer, porque por mais que o valor da mensalidade seja baixa, muitas vezes ele não consegue pagar essa mensalidade.

A gente precisa falar sobre as 20 horas mensais que tem dentro do Programa Universidade Gratuita. A realidade do estudante em Santa Catarina, hoje, em um Estado que tem os menores índices de desemprego, é um estudante que trabalha. De que forma o estudante que trabalha faz 20 horas mensais de prestação de serviço para o governo? A gente tem que discutir isso! O estudante precisa trabalhar, porque para ele chegar até a universidade e fazer a prestação desses serviços para o governo, ele precisa pegar lotação, ele precisa comer, ele precisa acessar os espaços de cultura e lazer, porque também fazem parte da vida acadêmica e da vida universitária, a gente não pode esquecer disso.

Nós, enquanto União Catarinense dos Estudantes, queremos primeiro parabenizar por este espaço, dizer que continuamos na ativa para a melhoria do Programa Universidade Gratuita, porque compreendemos que ele é um projeto muito importante e que tem, em longo prazo, uma qualidade de efetividade muito necessária para o Estado de Santa Catarina, mas ainda avaliamos que seja necessária a construção de uma comissão estadual e permanente para fazer o acompanhamento e a fiscalização do Universidade Gratuita, formada por Reitores, pelo governo e por estudantes. E a contrapartida também dos estudantes, por meio da produção científica. Nós precisamos valorizar a iniciação da pesquisa, da extensão dentro das nossas universidades. Eu acho que a pesquisa também favorece a questão das 20 horas



mensais que temos hoje, não é? Acho que podemos nos utilizar dela para fazer a contrapartida dos estudantes.

Por fim, desburocratizar os processos, para que seja anual a entrega dos documentos, porque também não queremos dificultar a vida do estudante que tem acesso a essa bolsa.

Acho que é isso, muito obrigado, e passo de volta a palavra, Lu.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Natan.

Eu quero registrar a presença do nosso grande Deputado Federal Pedro Uczai, o professor Pedro Uczai. Seja bem-vindo. E depois vossa excelência também terá direito à palavra. O Pedro tem uma história de marca aqui neste Parlamento com o artigo 170, que beneficiou milhares de catarinenses, não é, Lu (*dirige-se à Reitora Luciane Ceretta*)? Hoje a gente chega aqui discutindo o Universidade Gratuita, mas teve um passado de muita luta e de muito protagonismo. Seja muito bem-vindo.

Com a palavra o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação do Ministério Público de Santa Catarina, Promotor Eder Cristiano Viana.

O SR. PROMOTOR EDER CRISTIANO VIANA – Um bom dia a todos. Quero cumprimentar a Deputada Luciane Carminatti, com quem, no início de 2024 ainda menos, mas com quem cotidianamente levamos as nossas preocupações e cumprimento-a também em nome do nosso Procurador-Geral, doutor Fábio Trajano.

Eu tinha uma fala imensa e ao longo das exposições eu fui decotando questões a fim de também reservar a maior parte do tempo para ouvir as pessoas que estão aqui, que é o objetivo maior de uma audiência pública. Mas nos cabe aqui salientar uma questão fundamental e de grande importância: o Parlamento catarinense e a sociedade catarinense estão preocupados e dispostos a discutir isso. Já é uma questão que deve ser louvada.

Um segundo aspecto é que me parece que os projetos que já estão e que vieram aqui colher as impressões de vocês para melhorar o Programa Universidade Gratuita, que pelos históricos muito bem feitos pelo Deputado Napoleão e pela Deputada Carminatti passaram por processos, teve um avanço imenso, que foi garantir realmente os 25% para a educação conforme previsto na Constituição, sem que o Estado deixasse de se preocupar em incentivar para os jovens, assim definidos legalmente a partir dos 15 anos, uma oportunidade para a universidade. E nisso entra não só a garantia do direito à educação, mas dois outros aspectos. Um é garantir cidadania, garantir dignidade, garantir acesso, e que sirva também essa discussão até como uma política afirmativa, a fim de superar dificuldades que os jovens, que os estudantes de famílias pobres, de famílias com menos recursos financeiros, de famílias vulneráveis, e que às vezes já são beneficiadas por vários programas governamentais, também tenham esse acesso à universidade e para os cursos que desejam.

Os estudantes que estavam ali presentes na fala do estudante Natan, que é o presidente deles e que me antecedeu, ainda fizeram assim (*gesticulando positivamente com a cabeça*) quando ele disse que eles querem escolher os cursos que desejam. E isso passa, com o benefício que trazem as universidades comunitárias espalhadas pelo Estado de Santa Catarina, que têm uma maior capilaridade, também na atenção aos pontos de interesse para os cursos ao longo do Estado de Santa Catarina. Em Florianópolis, às vezes, o interesse é um, mas lá no extremo-oeste o interesse é outro, porque a atividade econômica é outra, as vivências são outras. Então, tudo isso deve ser levado em consideração quando pensamos nessa questão.

Um segundo aspecto é que temos que pensar que essa também é uma oportunidade de termos mais professores bem formados, porque precisamos desses professores para a Educação Básica, para a Educação Infantil, e é uma oportunidade de que o Universidade Gratuita também preste esse serviço à sociedade catarinense.



Ainda temos hoje no Estado de Santa Catarina um grande déficit de contratação de professores, o que vulnerabiliza, o que dificulta o trabalho em todas as escolas, a permanência das crianças na escola e a qualidade da educação, porque são metas definidas pelo Plano Nacional de Educação e que, de uma forma ou de outra, também podemos usar desse momento para tentar trazer outros instrumentos a fim de valorizar e permitir que essas metas sejam cumpridas.

Então, deixo aqui esses recados, sendo bastante breve, embora tenhamos sempre um pouco mais a falar, mas vamos ao debate, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, doutor Eder.

Quem desejar se manifestar, por favor, faça a sua inscrição com a nossa assessoria – nós já temos a inscrição do Antônio, meu assessor, que quer fazer alguns questionamentos. Então, é só levantar a mão que a assessoria faz a inscrição.

Nós temos vários comentários aqui das pessoas que estão acompanhando a audiência de forma *on-line*. Eu vou só ler rapidinho alguns, pois acho que são importantes.

(Passa a ler.)

“Miguel Angelo Dittrich - Importante debate. Na UnC Mafra muitos alunos que antes tinham bolsa agora ficaram sem nada.

Maria Benedita Polomanei - Vamos lutar sim, o pobre tem direito de estudar em uma Universidade Pública.

Marlon: Universidade do Contestado, em Mafra, priorizou os alunos da Medicina nas bolsas. Poucos alunos, talvez um ou dois de outros cursos que ganharam. Qual é o critério?

Maria Benedita Polomanei - Bom dia. Verdade, entre o sonho e a realidade em conseguir curso superior para as pessoas de baixa renda, é outra história.

Renata Maria dos Santos - Nem todos os cursos de licenciatura são financiados com editais de Fumdes, a maioria não. Até porque nesses editais o estado determina os cursos.

Luciana Costa - Uma das sugestões para mudar - reduzir as horas de contrapartida do estudante, nossa realidade, a maioria são trabalhadores - 120 horas por semestre e muito.” *(Cópia fiel.)*

Essa é uma fala que já veio várias vezes. Essas são algumas das questões que nos estão chegando.

Com a palavra a presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), professora doutora Luciane Bisognin Ceretta.

A SRA. REITORA LUCIANE BISOGNIN CERETTA – Quero cumprimentar a Deputada Luciane Carminatti, que preside esta audiência pública, e em nome de todos os Reitores e de todas as Reitoras da nossa Acafe, quero agradecer a oportunidade que temos de dialogar sobre esse tema, que para nós é crucial, está no coração das nossas discussões há mais de um ano. Quero cumprimentar também o Deputado Camilo, o Deputado Maurício e o Deputado Napoleão, que coordena o Fórum Parlamentar em Defesa das Instituições Comunitárias, todos eles grandes parceiros que, ao longo do tempo, têm dialogado conosco e buscado sempre o melhor ponto de equilíbrio para atender todos: disponibilidade do Estado, necessidades da sociedade e possibilidades para atender os estudantes.

Quero cumprimentar, de modo especialíssimo, o meu vice-presidente da Acafe, o Kaio, que está aqui presente, os nossos demais colegas e os nossos estudantes que estão aqui também representando as nossas instituições. Quero cumprimentar a Vice-Reitora da nossa Udesc e todos que nos acompanham neste ato, nesta mesa; e cumprimentando o César, o presidente da Ampesc, eu estendo o cumprimento aos demais colegas que também presidem em instituições privadas de Educação Superior. E estou muito feliz, porque hoje nos encontramos aqui, fizemos a nossa foto histórica, posso dizer isso, porque nós precisamos discutir educação e não de que lado o



estudante vai acessar o ensino e, sim, o Ensino Superior no Estado de Santa Catarina. E todos nós estamos, acredito eu, muito comprometidos em fazê-lo da melhor forma possível.

Quero cumprimentar o Deputado Pedro Uczai, sempre no nosso coração pela sua história com a busca de oportunidades para o acesso e a permanência dos estudantes no Ensino Superior desde longa data, desde quando iniciou os artigos 170 e 171.

Eu vou fazer uma síntese muito breve aqui de como nós entendemos o programa do lugar de quem é Reitor e Reitora de uma universidade comunitária. Esse é o lugar de fala que, neste momento, eu assumo, eu não consigo assumir o lugar de quem está aqui na Assembleia Legislativa, mas eu consigo assumir o lugar de uma Reitora que tem, como os demais colegas, amplo acesso a seus estudantes, que recebe absolutamente todos os dias inúmeros estudantes, trabalhadores que precisam de apoio para estudar, às vezes apoio de 100%, às vezes apoio de 50%, às vezes apoio de 25%. E acredito que essa seja a condição daqueles que ocupam o mesmo lugar que eu.

Portanto, toda e qualquer luta que proporcionar a defesa do acesso e da permanência de estudantes no Ensino Superior é uma luta legítima, entendida por nós como justa e nós estaremos sempre à frente desse coletivo.

A implantação do programa se deu no segundo semestre de 2023 e naquele momento nós tínhamos uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa e um decreto que dava conta da execução daquela lei. E assim o fizemos com a primeira etapa de implantação, que já previa que o Uniedu permaneceria – isso está na 831, no artigo 25 – até o final do ano participando de todo o conjunto de recursos que estavam disponíveis para o Universidade Gratuita. Então o Uniedu passa a ser Universidade Gratuita como regra de transição.

Concluimos a primeira etapa de implantação e identificamos muitas necessidades de ajustes, dentre as quais a principal... E eu avalio que precisamos falar dos avanços, precisamos falar dos desafios que nós vivenciamos na primeira etapa de implantação, no primeiro ciclo, da lista de necessidades que tínhamos para ajuste e que no dia 2 de janeiro estávamos lá na Secretaria de Estado da Educação dialogando sobre como poderíamos vencer esses desafios e fazer esses ajustes.

E o principal, naquele momento, era o índice de carência do estudante, porque nós defendíamos que o estudante mais carente, independente se é de origem de escola pública ou particular, precisava acessar naquele momento e pelo índice de carência ter a prioridade. E, além disso, outros ajustes para compor o índice de carência, como bens patrimoniais do estudante, custo que o estudante tem com deslocamento com transporte coletivo, porque os nossos estudantes são todos trabalhadores advindos de regiões muito diferentes de onde está o polo das nossas instituições.

Então, todos esses ajustes foram feitos para o segundo edital, absolutamente todos os pontos levantados por nós que foram possíveis de serem corrigidos por decreto, foram corrigidos para a segunda etapa do edital, que foi lançado e está aberto ainda até o dia 26, às 19h. *[Transcrição: Grazielle da Silva / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Siomara G. Videira]*

Eu acredito que esses são pontos muito importantes para serem colocados. E dentre os pontos importantes estava a solicitação dos nossos coletivos estudantis e das nossas comunidades acadêmicas de permanência, de manutenção do Uniedu, entendendo a permanência do Uniedu como parte do Universidade Gratuita e, portanto, obviamente utilizando-se daqueles recursos para os estudantes que já estavam acessando o Uniedu e que deveriam mantê-lo até o final da sua graduação. E assim foi feito.

Logo, quando nós falamos somente em 4.550 estudantes que acessaram o Universidade Gratuita, é uma fala que precisa ser corrigida. Universidade Gratuita, hoje, inclui novos estudantes com 100% e todos aqueles do Uniedu que vieram na regra de



transição solicitada por todos nós. Portanto, foram 22.368 estudantes beneficiados e a nossa perspectiva, agora para o segundo semestre, é que possamos atingir 42.750 estudantes. Essa é a nossa perspectiva, porque o Uniedu permanece, sim, até a conclusão, mas essa é uma regra de transição, em 2026 nós não teremos mais esses estudantes do Uniedu, mas nós teremos novos estudantes com 100%. Então nós precisamos compreender esse contexto, como nós nos colocamos nele.

Além disso, temos dois pontos que nós entendemos essenciais e que eu avalio que são muito importantes discutirmos também.

Todas as nossas instituições fazem Plano de Desenvolvimento Institucional e avaliam o cenário no qual estão inseridas, e esse não é o caso somente das comunitárias, esse é o caso das nossas privadas também. Constantemente nós avaliamos os nossos cenários e nesses cenários nós temos necessidade de novos cursos e novos cursos são autorizados segundo a legislação posta pelo Ministério da Educação, eles não são credenciados no seu início. Então, quando eu lanço um novo curso, por exemplo, se eu quero lançar Fonoaudiologia, se eu quero lançar Terapia Ocupacional, lá na instituição que estou Reitora, a Unesc, esses estudantes não terão acesso ao benefício, porque o curso terá que passar por todo o seu processo de credenciamento até que esse estudante tenha acesso. Então esse, sim, é um ponto que eu gostaria muito de trazer para a discussão. Isso precisa ser modificado e só por força de lei, só modificando pela legislação, pelo decreto não dá para fazer

Uma segunda questão é que nós temos um número de estudantes que acessam o benefício de 100% pelo índice de carência e temos um montante de recurso. Terminou o recurso do Estado, entram as nossas contrapartidas pelo índice de carência dos estudantes, e a nossa contrapartida é de uma bolsa de 100% para cada quatro. Ora, se eu tenho lá os estudantes com menor necessidade, não que eles não tenham necessidade, mas menor necessidade da bolsa, eu poderia percentualizar e poderia duplicar o número de estudantes atingidos pela contrapartida das nossas instituições. Então esse também é um ponto que nós, dirigentes institucionais, que estamos em contato direto com os nossos estudantes todos os dias, entendemos como importante.

O estudante de Medicina – vou usar como exemplo a Medicina, porque o filho do pobre, Natan, também pode ter direito a fazer Medicina, ele também pode querer fazer Medicina, ele pode querer fazer qualquer curso e ele tem que ter esse direito, nós não podemos entrar no discurso de discriminar áreas do conhecimento, de fragmentar áreas do conhecimento. Nós temos que entrar no discurso do que é absolutamente necessário para aquele estudante que quer fazer aquele curso, seja História, seja Enfermagem, seja Medicina, seja qualquer um, e ele tem um índice de carência maior que o outro. Se ele tem um índice de carência maior que o outro, é justo, é correto, é legítimo que o recurso público seja destinado a esse estudante, independente da área que ele está. Até porque, pegando o gancho ainda da formação de professores, 100% das nossas instituições comunitárias têm programa de fortalecimento de estudantes em licenciatura. Os nossos estudantes de licenciatura, 95% deles têm. Na verdade, eu avalio que se olharmos os percentuais de bolsas, 100% deles têm algum tipo de auxílio e mais de 90% tem 100% de auxílio.

Então nós precisamos discutir a formação de professores, sim. Mas nós precisamos discutir a qualificação da formação do professor, como é que o cenário de práticas está trazendo esse estudante com vontade de fazer licenciatura, porque nós temos uma demanda muito baixa nas nossas licenciaturas, nós não conseguimos fechar o número de vagas, e isso nos preocupa, é um *gap* na formação dos professores que nós temos. E ainda a grande evolução, expansão do Ensino à Distância, que precisa, sim, ser melhor regulado neste Estado, precisa ser melhor discutido. O Ensino à Distância precisa ser um fator substitutivo, onde não há realmente oportunidade de acesso, mas ele não pode substituir na sua integralidade a formação de professores.

Então eu tenho muitas questões a serem colocadas sobre a formação de professores, mas nós precisaríamos discutir aqui o lançamento de editais, a



continuidade, Marcos Rosa, você que representa a Secretaria de Estado da Educação aqui, a continuidade dos editais, antes era Uniedu, mas hoje pode ser outro termo, para a formação de professores, editais que eram vocacionados para as licenciaturas de maior necessidade no Estado de Santa Catarina. Então avalio que pegando o gancho do Universidade Gratuita, nesse item nós precisaríamos discutir essas questões.

Então, os dois pontos que tínhamos já colocamos, todas as nossas instituições têm transparência, com todos os dados postos ali publicados: quem são os nossos estudantes, quais os cursos, qual o percentual de cada curso. Isso está absolutamente publicado em todas as nossas instituições, nós levamos isso muito a sério.

Hoje nós estamos em uma segunda etapa, que é a de preocupação com as entregas que nós temos que fazer por força de lei. A lei nos coloca na condição de oferecer contrapartida à sociedade catarinense, não ao governo, na forma de formação de professores para as escolas públicas do Estado de Santa Catarina, são 60 horas que cada uma das nossas instituições deve oferecer. Nós estamos preocupados com isso, dialogando com as Gerências de Educação, buscando entender quais são as necessidades por região e formatando os nossos processos de formação continuada. Nós também estamos construindo um programa para dar conta das contrapartidas dos nossos estudantes, de modo que atendam as necessidades do Estado de Santa Catarina e as possibilidades que eles têm de desenvolver essas atividades por meio da pesquisa aplicada e da extensão e da prestação de serviços caso os estudantes queiram realizar suas atividades no interior enquanto cursam a graduação.

Avalio, Deputada Luciane, que de modo geral nós temos em mãos um grande programa, como todos vocês já colocaram, com os ajustes que entendemos necessários – e eu faço aqui em nome de todos os nossos Reitores e de todas as nossas Reitoras –, que são esses que pontuei. E, repito, a questão dos cursos autorizados e a percentualização da contrapartida das nossas instituições, nós não estamos de acordo com limitar percentuais por curso de graduação, porque entendemos que é o índice de carência que deve definir um programa de acesso público, avalio que não tem como, pelo menos o nosso entendimento é esse. E que o Uniedu, para nós que somos Reitores e vivenciávamos o cotidiano de cada edital, ele tinha inúmeras situações, inúmeros problemas, eram filas e filas de estudantes também reivindicando a não cobertura total, e não vai ter cobertura total, nunca ninguém prometeu isso. Agora, no Universidade Gratuita acontece do mesmo modo, aquele estudante que foi beneficiado está superfeliz, aquele estudante que não foi talvez não esteja tanto. E aí aponta-se uma série de situações que nós precisamos, sim, em momentos como este, por isso valorizo demais, deixar muito claro como é que as coisas acontecem lá, onde efetivamente, na ponta, a execução do programa está sendo realizada.

Eu só quero colocar mais dois pontos, um com relação à Educação Básica. Nós temos um compromisso muito grande com a Educação Básica, nunca defendemos o contrário em recursos que fossem destinados para outra finalidade que não, primeiro, à Educação Básica, e estamos empenhados que as nossas contrapartidas ajudem a melhorar a qualidade da Educação Básica ou do Ensino Médio no nosso Estado.

E ainda, também, sempre defendemos a manutenção – e quero dizer isso aqui porque temos a Gabriela e a nossa Vice-Reitora – dos recursos e da autonomia da nossa Udesc, a universidade pública do Estado de Santa Catarina que nós respeitamos, cuidamos e avaliamos que é um patrimônio do nosso Estado, assim como são as nossas comunitárias que cumprem o seu papel onde não está a Udesc, assim como são as nossas privadas, lá em Itapiranga, onde não tem nem comunitária e nem Udesc, mas o estudante trabalhador que está lá precisa ter acesso ao Ensino Superior e ele pode tê-lo.

Então essa é minha fala, muito obrigada, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Lu.



Eu quero fazer um registro. Acho que a fala da professora Lu Ceretta consolida que não tem contradições aqui de entendimento. Quando nós estamos falando do número de 4.550, estamos dizendo que claro que gerou uma expectativa, porque é diferente você olhar 28 mil estudantes com 100% de gratuidade do que 22 mil com parcial e 4.550 com gratuidade. Isso é óbvio que tem expectativa diferente e é disso que nós estamos falando.

Quero destacar também que tem duas ações para as quais foi fundamental a atuação do Parlamento catarinense, duas ações que não estavam no texto original enviado pelo Executivo: a proteção aos 25, por isso nós mudamos a Constituição, foi o Parlamento que fez isso, como eu citei, com o acordo de todos, é verdade, mas foi o Parlamento que fez isso. Quantas conversas eu fiz com o doutor Eder e com o Sicca, do Tribunal de Contas, que nos alertaram sobre isso.

O segundo aspecto que eu quero destacar aqui é em relação aos itinerários formativos do Ensino Médio, que foi a preocupação, de qual é o papel do governo do Estado em relação a isso. E o terceiro aspecto é que a Udesc também iria perder dinheiro com o Universidade Gratuita. Nós alteramos o texto original, então eu estou querendo dizer aqui da nossa responsabilidade coletiva sobre a Udesc, sobre o acesso ao Ensino Superior e sobre a boa aplicação do recurso, também preservando a Educação Básica.

Mas tem um debate que veio durante toda a discussão, e eu vou reforçar aqui e nisso eu serei intransigente: eu não consigo admitir que uma universidade comunitária, com dinheiro público, ou que as nossas universidades privadas – que estão onde não tem uma comunitária, uma pública, uma federal ou estadual – abram mão da formação de professores. Eu não aceito isso! Eu não consigo imaginar que nós estejamos – o Natalino, nosso ex-Secretário da Educação, sabe muito bem do que eu estou falando – todo dia com professores não habilitados em sala de aula, não formados em Matemática, não formados em Letras, não formados nas licenciaturas, e aí nós estamos colocando dinheiro público. Formação de professores é importante ou não é importante para o desenvolvimento do Estado? Eu não consigo imaginar que tenha qualquer outro curso sem professor.

Nós percebemos também que existem movimentos em universidades comunitárias de olho em Medicina, Odontologia, Fisioterapia e se fechar uma turma de Pedagogia, tudo bem. Não é isso! Nós sabemos que muitos Reitores estão empenhados na abertura de turmas de licenciatura, mas o que eu quero dizer é que não basta abrir a vaga e dizer que ela está ali, nós temos que criar o movimento. Claro que o Estado tem responsabilidade quando paga um salário a quem do que os educadores merecem, isso também não é atrativo para o Magistério, existem várias nuances a serem colocadas, mas o que eu quero dizer é que nós não vamos abrir mão do papel das universidades que recebem dinheiro público de terem cursos de formação de professores, e isso nós vamos fiscalizar. Como está a matrícula antes do Uniedu, do Fumdes e como está depois? Qual o curso que tem? Qual o curso que abriu? Qual o curso que fechou? Isso nós iremos fazer, porque nós temos responsabilidade com o desenvolvimento deste Estado. Eu precisava dizer isso.

E eu quero propor um acordo aqui, Lu, e eu acho que é possível nós fazermos. Eu estava conversando aqui com o Napoleão, pedi para o Maurício ficar aqui mais um pouco e tenho certeza que o Camilo não vai ser contra: acho que para duas coisas nós já podemos fazer ajustes no projeto de lei original, porque nós temos o Camilo, da CCJ, o Napoleão que coordena o Fórum, eu da Comissão de Educação, tenho certeza de que o Marcos Vieira não será contra e o Maurício da Mesa. Qual é a proposta que eu quero fazer, que se trabalharmos bem, em uma semana podemos aprovar? É a história da autorização dos cursos e não o credenciamento. Isso dá para nós fazermos, tem entendimento aqui (*palmas*), vamos fazer isso, porque aí permite que novos cursos que as universidades queiram, já... Então, nós temos acordo nisso.

(O senhor Reitor Leandro Sorgatto manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)



Sim, para todos aqui, Fumdes e o Universidade Gratuita.

Ajustamos, fizemos acordo aqui, se precisar sentamos com a Casa Civil, com o governo, nós vamos fazer, essa é a nossa responsabilidade, vamos avançar nisso. Não precisa ficar esperando mais um mês, dois meses, três meses, quatro meses, vamos fazer!

O outro ponto que eu quero propor eu acho que é um pouco mais difícil nós somente tirarmos as quatro horas semanais, e por quê? Porque teve... Eu lembro muito da negociação, eu olhava para aquilo e dizia: “Bah, mas eu conheço esse negócio, não sei se vai dar certo.” Mas era o entendimento e nós fomos consensuando.

(A senhora Reitora Luciane Bisognin Ceretta manifesta-se fora do microfone: “Mas flexibilizar.”)

Eu queria flexibilizar para o aluno trabalhador.

(A senhora Reitora Luciane Bisognin Ceretta manifesta-se fora do microfone: “Feito.”)

Aluno trabalhador não precisa prestar quatro horas semanais, pode ser quatro mensais. Agora, aquele que não é trabalhador, também acho que ele tem uma outra condição, né? Ele tem que devolver de um outro jeito.

(A senhora Reitora Luciane Bisognin Ceretta manifesta-se fora do microfone: “Concordo.”)

Então, esse é o acordo que nós estamos propondo, de já fazermos esses ajustes aqui.

(A senhora Reitora Luciane Bisognin Ceretta manifesta-se fora do microfone: “Ficou ótimo.”)

Maurício, você ajuda a fazer a defesa na Mesa? Marcos na SED? O.k.? É possível? Lu?

(Todos aquiescem.)

(A senhora Reitora Luciane Bisognin Ceretta manifesta-se fora do microfone: “Com certeza. Fechou.”)

Então nós vamos trabalhar já com esses dois consensos, pode ser?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAPOLEÃO BERNARDES – Deputada, nós confabulávamos aqui... Eu sempre brinco que de Lu para Lu a coisa dá certo, mas de Napoleão para Lu a coisa acontece também. E nós confabulávamos aqui, ao pé do ouvido, e não era nada extrarreunião, pelo contrário, era algo no sentido de ser propositivo. Mas nós aqui, ao pé do ouvido, imaginamos o seguinte, e que vem ao encontro daquilo que eu mencionava no início: o projeto de lei em trâmite é uma espécie de guarda-chuva, justamente para o debate e o amadurecimento daqueles pontos que foram trazidos na audiência pública de dezembro, exatamente como foi o projeto original, e esse é o papel do processo legislativo, amadurecer. Às vezes, inclusive, “somos o autor”, entre aspas, de uma ideia que, às vezes, não concordamos ou que achamos que não é exatamente aquela. E por que nós fazemos isso? Justamente para provocar o debate, para aperfeiçoar o processo legislativo e para ajustar.

Então aquele projeto original, entre aspas, é um “projeto guarda-chuva” e que não tem um cavalo de batalha, que tem que ser daquele jeito. Então existem sistemas que estão sendo tratados aqui que são maiores, que dependem de aprofundamento, que dependem de amadurecimento, que têm divergência, o que é natural. O que nós falamos aqui ao pé do ouvido, olhando a mesa, foi justamente aquilo: nós estamos com o Deputado Camilo, que é o Presidente da CCJ, a Lu é a Presidente da Comissão de Educação, eu estou na CCJ ao lado do Deputado Camilo, e nós estamos aqui na mesa com o Maurício Eskudlark. E a nossa proposta, ao que se vislumbrou nessa fala inicial, é que são dois temas prioritários, consensuais e convergentes. Então nós faríamos coletivamente, de autoria da Lu, comigo, com o Maurício e com o Camilo, um projeto de quatro autores, coletivo, que são os Deputados que estão aqui, única e exclusivamente com esses dois pontos.



Assim, segue a tramitação original, no tempo do processo legislativo, do projeto original, que é o guarda-chuva, para discutir tudo o que precisa ser discutido, e que nada é cavalo de batalha, tudo pode ser incluso, suprimido, aperfeiçoado e alterado, sem estresse. E vem esse novo projeto de lei a toque de caixa, coletivo, de autoria dos Deputados que estão aqui e de outros que queiram subscrever, que tem o objetivo, Deputado Maurício – e aí o senhor vai ter que ser o nosso guardião –, numa força-tarefa da Assembleia Legislativa, de em uma semana ou duas semanas haver uma tramitação conjunta das Comissões.

Então, Deputado Maurício, o senhor é o guardião. Esse projeto nós vamos protocolar hoje, o senhor pede para a 1ª Secretaria despachar da forma mais célere possível para nós fazermos acontecer o resultado final o quanto antes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Então vamos dar o encaminhamento.

Quero fazer o registro das pessoas que se inscreveram para falar. Nós temos o Antônio, a Djenyfer e a Camilli juntas, o Evandro e o César.

Mas agora passo a palavra ao nosso Deputado Federal Pedro Uczai. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca]

O SR. DEPUTADO FEDERAL PEDRO UCZAI (SC) – Obrigado, Luciane. Nossos Deputados, o Maurício e o Napoleão; nossos Reitores; nossos dirigentes universitários; estudantes, eu me manifesto agora porque às 13h tenho um debate sobre investimento em ferrovias aqui em Santa Catarina e eu presido, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar das Ferrovias, então logo em seguida eu precisarei sair. Mas não tem como não participar deste encontro de vocês, mesmo que rapidamente.

Primeiramente quero parabenizá-los por este debate do Parlamento, do governo do Estado, aqui em nome do Marcos, também em nome do Cimadon, nosso colega de universidade, e levantar dois ou três pontos.

Eu participei ativamente, desde que deixei de ser Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão e de Pós-graduação na época da Unoesc, *campus* Chapecó, partilhei oito anos no Parlamento catarinense, de onde emergiu todo o debate do artigo 170 e depois do artigo 171, que fez história e foi inclusive aperfeiçoando ao longo do tempo, e a Luciane acompanhou as mudanças, neste momento tem esse diálogo entre o Uniedu e o Universidade Gratuita, que assim vocês estão conceituando.

Eu agora fui Relator do Programa Pé-de-Meia, das bolsas de estudo do Ensino Médio, e lá está claro e se padronizou as bolsas de estudo por um critério social e de renda. Então esse é um critério.

Para o diálogo aqui, eu acho que o que nos une é a educação e o direito dos jovens estudarem. Então aqui não tem discussão de oposição ou de situação, mas de um debate, e eu tendo, Marcos, a acreditar que quando existem duas proposições para aperfeiçoar a legislação, elas são extremamente interessantes. E qual a minha contribuição para este debate?

O artigo 170 tinha o conceito da equidade, aquele que mais precisava podia ter mais bolsa, aquele que menos precisava tinha menos bolsa e aquele para o qual não tinha receita suficiente, ficava sem bolsa, mas era o que menos precisava. No Universidade Gratuita, a proposta é ideal, muito ousada, porque dá gratuidade para todos os estudantes, o.k.? Não, dá gratuidade de 100% para uma parte dos estudantes. Então, se tu partes do princípio da equidade, às vezes dar uma bolsa de estudo para o cara que tem uma renda de R\$ 5 mil, mas a mensalidade é de R\$ 10 mil no curso de Medicina, e ele poderia ganhar 50% da bolsa e os outros 50% ele pagar, com isso tu dobrarias o número de bolsas e contemplarias mais estudantes.

Então, se o governo tem condições de chegar a 100% de gratuidade, como é o conceito do Universidade Gratuita, eu vejo como muito positivo, mas no decorrer do tempo os alunos vão se formando e, às vezes, a dificuldade financeira é agora, ele desiste agora, ele desiste no ano que vem, ele não pode chegar em 2027, em 2028, ele está aqui e agora e a renda dele é de um salário mínimo, é de dois salários mínimos, é



de três salários mínimos, e o curso de Medicina é de R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, outro é R\$ 5 mil, outro é R\$ 3 mil, outro é R\$ 2 mil e o cara ganha um salário mínimo e paga R\$ 800,00. Ele não consegue estudar.

Esse é um debate muito fraterno aqui entre nós, não tem nada de crítica. Pelo contrário, se tem um cara feliz com toda essa história do artigo 170, do artigo 171, das lutas dos Institutos Federais e das universidades, sou eu, sou eu. Eu sou um cara extremamente feliz pelo que fiz até agora, posso deixar o espaço da política e voltar para a universidade à qual eu sou lotado, uma universidade comunitária, e estarei feliz. Mas isso é para ponderar, porque se o Poder Público tem condições de dar gratuidade, mantêm-se os 100%, mas eu acho que por isso há tensão inclusive do Uniedu e da gratuidade. A própria Ceretta falou uma coisa, no meu conceito, que na parcialização ou na percentualização... No fundo ela está dialogando com o conceito que eu estou defendendo, o princípio da equidade, porque os alunos são desiguais, a condição socioeconômica dos alunos é desigual e é na desigualdade e não na uniformidade que se deveria tratar um programa dessa natureza, o.k.?

Então é uma coisa sincera, fraterna, minha, de compreensão do número de estudantes que serão atingidos. O Poder Público sempre tem receita restrita, não é receita ilimitada, a universidade privada também tem receita limitada e tem que dar bolsa para todo mundo que vai lá procurar. Querem encher os cursos de licenciatura, todas as comunitárias e particulares querem encher as salas de aula nas licenciaturas, ou não é assim? Mas vão lá e não tem.

Nasceu o artigo 170, e sabem quando? Quando um casal de agricultores de Águas de Chapecó chegou com a filha do 6º ano de Psicologia e disse: não deu safra e a nossa filha vai embora. E eu e o Gilberto tínhamos que pagar o salário dos professores e funcionários e fazer o quê, se não tinha mensalidade? Não se paga. Então, quando eu vim para a Assembleia, veio todo esse debate de criar um mecanismo de apoio.

Mas não quero me estender. Primeiro quero parabenizar vocês por este debate sincero que está acontecendo aqui. Eu sou mais um neste debate, porque acredito nisso, acredito na educação, acredito que a molecada tem direito à educação. Estou muito feliz que arranquei R\$ 21 bilhões para os próximos três anos do Programa Pé-de-Meia. Marcos, vamos conversar com o Secretário para o Ministro vir para cá ouvir os alunos, ouvir a Secretaria Estadual de Educação, ouvir sobre os programas que estão sendo implementados neste país, além da expansão de outras instituições.

Essa é a minha mínima contribuição aqui, que é o princípio da equidade. Eu acho que é mais justo, é mais universalizante e é mais democrático esse conceito, não a posição ideológica ou outra posição, mas um princípio, e o princípio da equidade é mais justo do ponto de vista da distribuição do dinheiro público.

Obrigado e um abraço para todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Pedro, pela sua manifestação, pelo seu trabalho, pela sua história, pelo seu compromisso.

Vamos às inscrições e peço que fiquem atentos ao tempo, por favor, são três minutos para cada um.

Com a palavra o primeiro inscrito, Antônio Marco Duarte, da assessoria do nosso gabinete.

O SR. ANTÔNIO MARCO DUARTE – Obrigado.

Bem, eu acho que a Deputada Luciane, no começo da audiência, e o Deputado Pedro agora retomaram um pouco o histórico deste debate, que vem desde 1999 com a primeira regulamentação do artigo 170 e depois do artigo 171, em 2008. Nós sempre tivemos esses embates e que bom que tivemos essas divergências de ideias, é melhor termos embates na diferença de modelo universitário que queremos do que não termos esses debates, como muitos que são contra a universidade de uma maneira geral. E ela



vem sofrendo ataques nos últimos anos, independente de qual universidade, ela vem sendo atacada.

Sobre a questão da análise dos dados, Marcos, que bom que a SED vai disponibilizar esses dados, que pela rápida apresentação que você fez, estão bem amplos. Vou tentar me debruçar sobre eles, porque eu gosto de estudar esses dados, eu tenho uma tabelinha do antigo Uniedu, de 1999 até 2022, antes mesmo de o nome ser Uniedu, do artigo 170 e do artigo 171. E eu quero fazer algumas considerações e duas perguntas no final.

Sobre a questão da adequação do decreto, que bom que o Estado, a SED, o governo como um todo está querendo adequar o decreto, mesmo na questão da temporalidade de quem teria a bolsa do Uniedu. Logo que a Assembleia aprovou e o Governador sancionou, a SED se disponibilizou com alguns gabinetes parlamentares ou com todos, não sei, o Marcos pode fazer alguns esclarecimentos, e na época, não sei se pela PGE, nós perguntamos duas vezes... existia outra interpretação do artigo 25, que seria até o final de 2023 somente. Isso eu tenho até escrito. Eu já interpretava dessa forma que seria até o final do curso, e que bom que o governo chegou a essa interpretação, porque o que está na lei é dúbio, mas é possível fazer essa interpretação. Que bom que ele deu esse prazo maior para a transição, mas ao mesmo tempo isso cria um problema também na forma de se comunicar. Não é questão de mérito, é o que a Deputada Luciane falou, é a forma de comunicar e ser transparente. Lá no início do programa o governo falou que seriam 28 mil bolsas integrais no primeiro ano e não ocorreu isso, não vai ocorrer. Acho que o governo deve fazer a readequação da comunicação, explicando por que não está ocorrendo para não criar expectativa e frustração.

Eu até queria fazer uma pergunta, já baseada nessa consideração. Se a SED fez um recálculo, considerando que ela trouxe todo o Uniedu para dentro, de quantas bolsas integrais ela vai conseguir conceder ano a ano? Porque não será mais aquele calendário que era, isso é impossível. Tem esse recálculo, né?

Vou fazer uma última consideração e depois faço a última pergunta. A última consideração é sobre a questão da complexidade, da fórmula de como é feito o índice de carência.

Eu lembro que nos debates sobre a lei, o pessoal do governo do Estado que veio aqui representar a Casa Civil, principalmente, disse: não, esse cálculo do Uniedu é muito complexo. E esse era o cálculo do Uniedu, não dava uma folha, do artigo 11, do antigo Decreto 470/2020, que foi revogado, que era muito complexo. Eu não estou defendendo que seja uma coisa simplificada e sem transparência, mas eu acho que dá para melhorar com transparência e mesmo assim tirar um pouco a complexidade. O artigo 13 do novo decreto, Decreto 219, reformado pelo Decreto 450, tem quatro folhas e meia, apenas um artigo. Aqui tem vários operadores do Direito na mesa que sabem que esse artigo é maior do que muitas leis, tamanha a complexidade. Eu li, reli e fiquei com várias dúvidas, imaginem o estudante lá na ponta.

Eu vou colocar aqui, em cima da fala do Deputado Pedro e dessa complexidade, algumas coisas do índice de carência. Na questão da parcela da renda *per capita* familiar que a mensalidade vai usar, por exemplo, quem ganha R\$ 20 mil, a Medicina é R\$ 10 mil, R\$ 12 mil, vamos pegar R\$ 10 mil, o mais barato, ocupa 50% dos R\$ 20 mil, que seria a renda familiar. Já uma pessoa que ganha R\$ 5 mil e o filho tem uma mensalidade de Direito que custa R\$ 2 mil, ocupa 40% dos R\$ 5 mil, então ocupa, em tese, menos do que os 50% da Medicina, mas sobram R\$ 3 mil líquidos, enquanto o outro ainda sobram R\$ 10 mil. Isso dá um desajuste no cálculo.

Outra questão específica no cálculo, eu não vi se foi corrigida no Decreto 450, não consegui devido à complexidade, então se foi, peço perdão, mas no Decreto 219 tinha um problema que era a questão do pequeno produtor rural, que não era em cima do que sobra para ele, mas em cima do que ele fatura.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Do faturamento.

O SR. ANTÔNIO MARCO DUARTE – E a fatura não é a renda, fatura é uma coisa, renda é o que sobra, o que efetivamente ele “lucra”, entre aspas, com o trabalho dele. E o antigo decreto considerava a fatura bruta dele e dava essa distorção.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Concluindo, Tonico.

O SR. ANTÔNIO MARCO DUARTE – Então é isso. Acho que a SED poderia, se quiser melhorar, ouvir mais as partes na hora da regulamentação disso, sem preconceitos, de forma calma como nós debatemos a questão da lei aqui.

E a última pergunta, que foi colocada pela Deputada e pela Reitora Ceretta e eu queria reforçar, é que o Uniedu trazia a questão de percentuais para bolsas e esses percentuais da licenciatura geravam editais específicos. Será possível fazer edital específico no Universidade Gratuita ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada, Tonico. As respostas não são agora, vamos primeiro ouvir todo mundo.

Passo a palavra para a Djenyfer e a Camilli, da Unesc, e depois para o Evandro, o César e, por último, o Victor.

A ESTUDANTE DJENYFER DA SILVA VITAL – Primeiramente, bom dia a todos. Quero agradecer à professora e Deputada Luciane Carminatti por esta oportunidade e a nossa magnífica Reitora Luciane Ceretta, que nos ouve e também nos deu esta oportunidade de estarmos aqui. E gostaria de agradecer também ao meu professor Paulo Osório, responsável também pela minha formação e que foi meu orientador no artigo 170.

Bom, hoje vimos aqui falar um pouquinho da questão das licenciaturas, já que não temos como falar por todos os estudantes da Unesc. A questão das licenciaturas é que pelo cálculo que foi feito no Universidade Gratuita, os percentuais de bolsa para as licenciaturas foram muito baixo. Então, muitos de nós não tivemos a oportunidade de acesso a esse programa, o que dificulta muito.

Como foi falado aqui várias vezes, muitas vezes o sonho do acadêmico não é ser médico ou advogado, é ser professor. E hoje a mensalidade da licenciatura não é uma mensalidade baixa. Obviamente não são os R\$ 10 mil da Medicina, arredondando, mas passa de um salário mínimo e isso dificulta muito, até pelo fato de que muitos alunos vêm de outras cidades e gastam com transporte. Eu vinha de uma cidade fora de Criciúma e gastava mais de R\$ 500,00 com transporte e isso, somado a um salário mínimo de mensalidade, era impossível sem uma ajuda, sem uma bolsa.

Por isso reiteramos o pedido dessa ajuda e agradecemos as falas nesse sentido, bem como também falamos novamente da questão do percentual e da proporcionalidade dessas bolsas, questões que mais nos afetaram também.

A ESTUDANTE CAMILLI BOSA DE BEM – Bom dia a todos. Primeiramente queria agradecer a nossa Deputada Luciane.

Uma das nossas indagações também é o fato de como nós vamos pagar essas quatro horas semanais se muitos estudantes trabalham de trinta horas a quarenta horas e quando mal tiveram tempo de fazer a inscrição para esse programa? Como nós vamos pagar isso? Então, quero agradecer desde já por esse apoio e esse olhar para a licenciatura.

E também agradecemos os nossos colegas estudantes que falaram que o filho do pobre também sonha em ser professor e muitas vezes isso não é visto. O meu curso, por exemplo, quase fechou, porque quando chega na metade do curso nós não temos esse auxílio e muitos, por não terem como pagar, acabam trancando. Então esse olhar é necessário, sim.

E também uma das coisas que nós queremos falar é sobre a quantidade de documentos [exigidos] em um curto prazo.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Palmas para elas, que merecem. (*Palmas.*)

Com a palavra o Evandro Accadrolli, coordenador estadual do Sinte/SC.

O SR. EVANDRO ACCADROLLI – Bom dia a todas e a todos. Quero saudar a Deputada Luciane por mais esta audiência e os demais Deputados que estão representando o governo e as autoridades.

De fato, eu iria fazer este debate da importância do investimento na formação dos trabalhadores em educação, que talvez seja a necessidade maior, mas aqui já foi bem pontuada essa questão.

Então, quero trazer aqui presente a necessidade de a sociedade catarinense pensar o anterior à universidade. E falo isso porque estão aqui muitas entidades que têm representatividade no debate dessas questões fundamentais. E para que uma universidade seja forte, com estudantes que ingressem em condições e com qualidade, é preciso pensar o anterior, é preciso pensar a Educação Básica no Estado de Santa Catarina. Isso vai condicionar mais acesso, inclusive às universidades, tanto privadas quanto públicas e comunitárias.

Eu tenho um carinho muito especial, porque eu só tive a oportunidade de fazer uma universidade por conta do Sistema Acafe, do sistema comunitário, e lutamos tanto para o acesso dos nossos trabalhadores e das nossas trabalhadoras, do acesso a uma universidade para os filhos dos que têm mais necessidade. E quero dizer que nas condições que o Estado se preocupa com a Educação Básica, já não vai o pobre para a universidade, ele não vai ter acesso à universidade. [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Leitura: Grazielle da Silva*]

Eu quero fazer aqui um relato, e vocês podem acompanhar no Portal da Transparência: o Estado de Santa Catarina deixou de investir R\$ 720 milhões na Educação Básica, do que já estava orçado, do que já era pouco no ano passado. Mas se comparar, de 2022 para 2023, o Estado de Santa Catarina reduziu R\$ 520 milhões na Educação Básica. Ele reduziu, reduziu, retirou de uma pobreza que poderia estar na universidade.

Nós precisamos, sim, pensar no sistema universitário, mas ele só vai ser forte, só vai se qualificar, o pobre só vai ter acesso aos grandes cursos e às universidades quando este Estado investir em Educação Básica. E nós estamos em debate agora para o investimento em Educação Básica. Eu quero ver qual será a contrapartida deste governo em relação à oportunidade desses alunos ingressarem. Se continuar nessa perspectiva de investimento, vamos ter um desastre, não vamos ter profissionais de educação e também não vamos ter estudantes para as universidades, porque a educação, para quem precisa e para quem é a maioria neste Estado, está sendo negada na sua essência do investimento principal, que é em Educação Básica.

Qualidade na educação passa por um bom começo, que é uma Educação Básica de qualidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Obrigada, Evandro.

Com a palavra o senhor César Augusto Lunkes, presidente da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc).

O SR. CÉSAR AUGUSTO LUNKES — O meu bom-dia a todos. Cumprimento a Deputada Luciane e estendo os cumprimentos aos demais da mesa, também ao público, aos Reitores e aos demais Parlamentares que estão conosco.

Primeiramente nós temos que elogiar a iniciativa, Deputada Luciane, deste debate, para o qual fomos convidados a participar. Obrigado por esta oportunidade. E também reconhecer a importância desta Casa Legislativa no encaminhamento das discussões ao longo de todo o ano passado, com todos os ajustes, com todas as questões que envolveram aquela caminhada.

É importante também reconhecer aqui o empenho do governo do Estado, do nosso Governador, em investir em educação, em todos os seus níveis. Temos aqui



alguns entendimentos diferentes sobre os encaminhamentos, mas me parece ser uma tônica do atual governo olhar para a educação e promover, de acordo com a sua condição, os ajustes necessários para a educação.

Todo novo programa, quando é implantado, está sujeito a ajustes. E este debate promovido pela senhora, com a participação de todos desta Casa, tem essa finalidade. Nós, enquanto entidade, como temos demonstrado ao longo de todo o tempo, queremos poder discutir com esse processo todo.

Dando um rápido *feedback* sobre a implantação até então, nós poderíamos resumir todo o entendimento da nossa entidade, das nossas associadas: percebemos uma evolução no número de matrículas. Precisamos ainda consolidar esses números, mas parece-me que há um impacto bastante positivo naquilo que é a essência do programa, que é oportunizar ao cidadão catarinense, que precisa do apoio do Estado para estudar, que ele possa estudar e possa realizar o seu sonho. E quando ele pode realizar o sonho estudando na instituição que escolheu, pelos motivos que ele escolheu... E aqui também reconhecemos a importância da Udesc, a quem apoiamos, inclusive, junto com esta Casa, junto com a Acafe, defendemos, sim, a relevância e a importância da Udesc. Mas que o aluno possa ter esse direito de escolher onde quer estudar, e com os ajustes necessários eu creio que possamos atender a expectativa do aluno.

Diversas falas da mesa reforçaram essa defesa de que o Estado tem em atender a expectativa do aluno na realização do seu sonho e no direito de escolher onde quer estudar, como eu disse. Creio que este seja um desejo de todos aqui, e debater, construir em conjunto os ajustes necessários, ouvindo todas as partes, todos os lados, acho que é fundamental e a Casa tem proporcionado essa oportunidade.

Quero aqui também agradecer o professor Marcos, e peço que leve também ao professor Cimadon o nosso agradecimento, pelo cuidado que tem em dar oportunidade para que possamos discutir e ajustar as questões.

Deputada, a senhora e o Deputado Napoleão fizeram menção a algum trâmite acelerado, não é? Eu creio que são questões comuns, tanto ao Fumdes quanto ao Universidade Gratuita, mas nós também gostaríamos de propor alguns encaminhamentos que podem ser alinhados mais rapidamente. Entendo que aquilo que nos une, podemos acelerar, aquilo que haja necessidade de algum debate, de alguma discussão mais longa, que seja dado o tempo para que se construa a questão, bem levantada, sobre o índice de carência, que é um elemento que lá no passado discutimos bastante e vai sempre ser necessário que seja aperfeiçoado.

A Ampesc continua à disposição desta Casa, continua à disposição da Secretaria da Educação e do nosso Governador para que possamos aperfeiçoar esse programa, que tem como principal objetivo atender o cidadão catarinense que quer estudar.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Obrigada.

Com a palavra o último inscrito, Victor Klauck Beirith, assessor do gabinete do Deputado Marquito.

O SR. VICTOR KLAUCK BEIRITH — Bom dia a todas e a todos. Quero saudar a Deputada Luciane Carminatti e em nome dela saudar toda a mesa.

Antes de qualquer coisa quero justificar a ausência do Deputado Marquito, que é membro da Comissão de Educação e Cultura e sempre colocou como prioridade o debate de forma bastante intensa, bastante ampliada, tendo como foco sempre os estudantes, entendendo que é o objeto central, o protagonista de todo o processo de qualquer discussão sobre educação, seja ela básica ou superior. Mas o Deputado se encontra agora em Brasília no lançamento da Rede Nacional das Frentes Parlamentares da Primeira Infância, da qual ele é presidente aqui na Alesc, então por isso não pôde estar presente. E vim representá-lo para trazer algumas contribuições também para o debate.



Como falava anteriormente, a nossa preocupação enquanto mandato sempre foi olhar para os estudantes entendendo essa problemática e fazendo um diálogo amplo com todos os estudantes dos três setores, seja da educação pública, da educação comunitária, seja da educação privada. E nesse sentido sempre reconhecemos a importância da postura do diálogo. A Acafe sempre colocou de forma muito aberta, muito participativa, e uma postura de diálogo desde o começo do processo de tramitação do projeto e após a sua aprovação, também já com a apresentação por iniciativa da própria Acafe, já no final do ano passado, e isso é fundamental. Nós sabemos que o projeto é complexo, é um guarda-chuva que envolve muitas problemáticas, é uma discussão complexa, porque estamos falando não apenas da concessão de bolsas, mas de todo um sistema educacional, e essa postura é fundamental para justamente conseguirmos avançar – e essa sempre foi a nossa postura também –, fazendo o debate da forma mais qualificada possível para conseguirmos avançar nas problemáticas que não possuem respostas simples, né?

E, nesse sentido, sempre soubemos que o processo de transição seria muito difícil, seria muito complexo, porque você sai de um sistema de uma forma e entra em outro sistema, num processo transitório, no qual há milhares de estudantes que já estão ingressando, que dependem desse sistema para conseguir garantir a sua formação, existindo também uma oportunidade para aqueles estudantes que já ingressaram e precisam concluir, senão, inclusive, é dinheiro jogado fora. É um processo de rompimento de sonhos, mas também é um investimento que é desperdiçado pelo governo estadual.

Temos recebido muitas demandas, muitas reclamações de estudantes que estão com dificuldades em acessar, como já foi colocado, a complexidade de muitos acessos, inclusive dos próprios sistemas dos processos seletivos, e sobre os quais nós temos buscado, enquanto Alesc, contribuir para avançar, para melhorar, para dar mais transparência, para dar mais democracia nesses processos de ingresso e de conclusão dos cursos.

Eu queria destacar uma questão, acho que contribuindo para o debate sobre as diferenças, e acho que o Deputado Pedro Uczai traz a questão da equidade: é importante pensarmos também a equidade não só quando olhamos valores absolutos em termos de recursos, mas nós trouxemos a problemática, durante a tramitação do PLC aqui na Alesc, da diferenciação entre tetos de índice de carência entre os cursos. E acho que é importante pensarmos também, quando olhamos para Medicina, que se destaca, claro, é evidente, é uma formação essencial, fundamental e que tem suas particularidades e suas complexidades e, por isso, vai ter uma demanda de recursos muito elevada, mas observando pelo menos os dados de 2023, o índice de carência que é pelo menos três vezes menor do que a média dos outros cursos. Isso também gera processo de desigualdade, isso também gera problemas que precisamos pensar em mitigar. Não estou falando de resposta simples, não estou falando de soluções simples para problemas complexos, mas é também um elemento que entra neste debate.

Para concluir, para não tomar mais tempo de todos, queria dizer que nós, enquanto mandato, nos somamos e estamos à disposição para contribuir com a tramitação e a aprovação desses dois projetos de lei que a Deputada comentou, acho que são muito importantes, são também processos muito necessários para avançarmos, como foi na qualidade, na transparência da democracia desse Programa Universidade Gratuita.

E queria destacar, por fim, duas problemáticas que acho que dialogam muito nesse sentido. A primeira é em relação à pesquisa e extensão, sobre as quais nós também buscamos travar um debate entendendo a necessidade dos investimentos, e como o Natan colocou, a necessidade de vincular contrapartidas sociais com pesquisa e extensão, buscando também o aperfeiçoamento da formação do estudante e também o tripé universitário que se baseia em ensino, pesquisa e extensão.



A segunda colocação, e concluo a minha fala com isso, são as questões de política de permanência. Nós sabemos que só garantir a integralidade e a gratuidade de uma mensalidade não é suficiente muitas vezes para o estudante, seja ele trabalhador ou apenas estudante que de acordo com as características do seu curso muitas vezes tem dificuldade de acessar o mercado de trabalho, ou por ser um mercado de trabalho muito precarizado que impossibilita muitas vezes a conclusão de uma graduação, enfim, de avançar neste sonho.

Então queria trazer novamente esse debate e concluo nos colocando à disposição novamente para avançar e para contribuir com esse programa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) — Obrigada.

Algumas questões chegaram aqui e eu quero resumir.

Doutor Eder, fique à vontade, eu sei que vossa excelência tem compromisso. Obrigada pela participação.

Temos a seguinte questão aqui, que eu acho é para o Marcos: “A Secretaria da Educação exige que as instituições de Ensino Superior tenham um assistente social na comissão interna, porém quem estabelece os critérios não é a comissão das instituições e, sim, a SED. Sugiro comissão estadual com assistente social de cada instituição de ensino para rever critérios, e isso implica em estar mais perto da realidade do estudante.”

Outra questão: “Melhorar o sistema informatizado permitindo que a postagem dos documentos pelo estudante aconteça no mesmo momento da inscrição do Universidade Gratuita no sistema da SED e não posteriormente, na universidade.”

Temos essas duas questões aqui que nos chegaram, acho que temos provocações e questionamentos mais ao Marcos, eu diria, do que a própria Lu. Nós temos então a questão da burocracia dos documentos, a sugestão da comissão, a legislação prevê uma comissão em cada instituição de ensino, nós discutimos muito isso; e também veio um questionamento do fechamento do polo da Udesc em Joaçaba, por que foi fechado? Acho que isso é para a Gabriela responder.

Quanto ao índice de carência, eu estou com um projeto de lei pronto, não vou abordar porque não é o objetivo do meu projeto, mas eu quero discutir a renda bruta e renda líquida, porque eu acho que Imposto de Renda e INSS não são renda líquida, são renda bruta. E isso afasta muitos alunos que poderiam receber. Mas esse é um debate que eu não quero pautar aqui, nós vamos discutir como o Napoleão falou.

A questão do percentual... eu quero fazer um pedido aqui para o Marcos e para a Lu, e que o Pedro reforçou. Esse debate do Uniedu e do percentual não é novo para nós, nós fizemos na mesa e nós tínhamos consenso. O Estado era contra por parte de algumas lideranças representando o Governador: não, não, é Universidade Gratuita, não é Uniedu, não é proporcional, não é percentual. E nós defendíamos que fosse justamente para não acontecer o que está acontecendo agora, que é o seguinte: podemos ter mais alunos beneficiados e nem todos precisam de 100%, mas talvez não tendo o percentual de 25% afaste muitos estudantes do Ensino Superior. Esse debate nós já fizemos o ano passado na tramitação da matéria e ela poderia ter sido vencida. Agora, quando o governo mantém o Uniedu até o final da graduação, está admitindo que é uma boa e que não mexe com a logomarca do Universidade Gratuita com o *marketing* do Universidade Gratuita, entendeu?

Então, quero reafirmar que eu tenho essa defesa e nós vamos continuar batendo nessa tecla, porque eu tenho dúvidas, sinceramente, se o Estado vai ter suporte financeiro para onde caminha o Universidade Gratuita 100%. Eu tenho dúvidas, porque o Uniedu é temporário, foi falado aqui, ele não é *ad aeternum*, e o que vem depois da conta? E os alunos que vão entrar? Os que vão se rematricular? Os novos que vão se matricular no sistema Acafe vêm com a expectativa do Universidade Gratuita.

Resumidamente, são essas as questões acordadas aqui. E nós vamos fazer essas proposições também para o Fumdes, que foi a proposta da rede privada. Tem



acordo aqui, nós vamos trabalhar, acho que a semana que vem é mais difícil, que é o período de Páscoa, mas dá para afirmarmos que nas primeiras semanas de abril nós vamos trabalhar para vencer essa matéria aqui na Casa. Quero passar essa informação.

Marcos, você está com a palavra.

O SR. MARCOS ROBERTO ROSA — Obrigado, Deputada.

Se me permite, eu vou começar de trás para frente, para manter mais fresco os assuntos.

Primeiro, que a continuidade do Uniedu foi uma demanda que veio dos estudantes, dos vários e vários Deputados que procuraram o Secretário lá na Secretaria da Educação, assim como chegou também da Casa Civil e através de diversas outras manifestações que foram colocadas, inclusive de algumas liminares e de alguns pareceres da própria Justiça, entendendo, sim, que deveria haver essa continuidade por conta do artigo 25. Então ela não foi uma iniciativa única e exclusiva do governo, como foi colocado, ela foi fruto de várias e várias discussões em atender esses anseios da sociedade.

Sobre o polo da Udesc em Joaçaba, não tem nada a ver com o Universidade Gratuita, mas eu posso ajudar a esclarecer, porque eu cuidava desse projeto também. Na realidade nunca existiu o polo da Udesc em Joaçaba. O que existia em Joaçaba era uma unidade da Universidade Aberta do Brasil mantida pelo governo do Estado, isso há vários anos já acontecia e este polo da Universidade Aberta do Brasil estava todo caracterizado como sendo um polo da Udesc, porque a Udesc ofertava os cursos e houve a descontinuidade não só em Joaçaba, mas dos oito polos da Universidade Aberta do Brasil por falta de demanda, por falta de estudantes...

(A senhora Pró-Reitora Gabriela Botelho Mager manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra.)

Sim, senhora, já passo a palavra.

Retomando, por falta de demanda naqueles locais, nós oferecemos no momento para que os Municípios assumissem. Como existem outros 21 polos que são mantidos pelos Municípios, alguns Municípios aceitaram esse desafio e assumiram os polos e os demais não. Então, sobre o polo da Udesc em Joaçaba, ele era um polo da Universidade Aberta do Brasil, onde a Udesc ofertava os cursos.

Queres complementar, professora? Por favor.

A SRA. PRÓ-REITORA GABRIELA BOTELHO MAGER — Gostaria, obrigada.

Para entender o contexto, a Universidade Aberta do Brasil disponibiliza editais com recursos à parte e as instituições desenvolvem projetos específicos, entram nesses editais e são contemplados. Foi isso o que aconteceu com a Udesc e todo o semestre, todo ano acontece reiteradamente. E existem cursos, a Udesc faz a parceria com as Prefeituras, com os Municípios, para levar esses cursos ali para a sua comunidade, e como bem dito pelo senhor Marcos, houve uma demanda naquela região, a demanda diminuiu e nós levamos o curso de Pedagogia para outras cidades do Estado. E, neste momento, continuamos a fazer isso.

Então, o polo nasce, ele permanece durante um período em que há uma demanda maior e depois, quando a demanda é restringida, a Udesc oferece o curso em outros lugares. Só para entender essa dinâmica, né? [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Vera Regina Zacca*]

O SR. MARCOS ROBERTO ROSA — Então, voltando aqui ao nosso questionamento do Universidade Gratuita, quando foi citada a questão da burocracia... Eu quero chamar a atenção, porque o Uniedu era um conjunto de normas que, no seu final, tinha nove tipos de bolsas diferentes, cada uma com um regramento diferente, cada uma com documentos específicos para serem entregues e cada uma dessas bolsas proporcionava ao estudante uma condição. Então quando nós migramos para o novo programa, o que acontece? O estudante precisa seguir alguns passos para conseguir o benefício, tanto no Universidade Gratuita quanto no Fumdes: ele preenche



um cadastro do estudante, que é autodeclaratório e naquele momento vai colocar todas as informações que são solicitadas, que são extremamente necessárias, para que consigamos operacionalizar o sistema. E dependendo da resposta, ele precisará entregar determinados documentos, ou seja, se ele declara que ele ou algum membro do grupo familiar está em situação de desemprego, ele precisa comprovar isso; se ele declara que é portador de uma doença crônica, ele precisa comprovar isso.

Então a complexidade se dá de acordo com o cadastro do estudante, que é autodeclaratório; a quantidade de documentos está vinculada a esse cadastro. Há estudantes que precisam entregar praticamente três documentos na instituição quando se cadastram: precisa entregar a certidão de nascimento para comprovar se é ou não natural de Santa Catarina ou precisa comprovar a residência aqui há cinco anos, esse é um documento; precisa entregar o documento que comprova a renda dele, se é a renda bruta ou líquida, essa é uma discussão para outro momento, hoje a lei traz renda bruta familiar *per capita*, então ele precisa entregar o documento que comprove a sua renda; e precisa entregar a declaração do Imposto de Renda, por conta dos bens do grupo familiar. Se ele não tem despesa com aluguel, se não é portador de doença crônica, se não tem nenhum tipo de gasto com outro membro em educação, são três documentos que ele precisa entregar. Isso no cadastramento.

Quando partimos para a renovação, o que o estudante precisa comprovar para renovar o seu benefício? Ele repassa o cadastro e atualiza os seus dados e precisa entregar um documento, que é o histórico acadêmico comprovando que ele foi aprovado em pelo menos 75% das disciplinas que cursou no semestre anterior.

Então, a desburocratização que houve nos programas atuais em relação ao Uniedu, Natan, e é importante que você leve isso para os estudantes, foi muito grande, foi absurda, pois estudantes que às vezes tinham que entregar vinte documentos, trinta documentos, hoje com três documentos eles dão conta. Esse foi um pedido e uma das primeiras discussões, ainda no início de 2023, quando nós começamos a discutir o Programa Universidade Gratuita, que fosse desburocratizado.

A questão de serem entregues na instituição ou estarem no sistema os documentos, isso é algo que gradativamente o sistema irá evoluir. Relembrando, a lei foi aprovada no dia 29 de julho de 2023 e o decreto saiu dois dias depois e nós tivemos que colocar o sistema no ar ainda no segundo semestre. Então, da mesma forma que o programa todo está passando por melhorias, o sistema também irá passar, as melhorias chegarão em algum momento, se será no segundo semestre ou se será no início de 2025 nós não sabemos, mas ele vai, sim, passar por esse processo de melhoria e nós teremos essa opção.

Sobre a questão da assistente social, não é uma exigência feita exclusivamente pela SED, isso está na legislação. A legislação prevê a criação de uma comissão em cada instituição, que seria a comissão de seleção, e precisa ter pelo menos uma assistente social. Essa comissão de seleção é que vai fazer a verificação dos documentos do estudante e nós temos quatro instâncias que fazem isso. A primeira instância é lá na instituição, em que eles pegam o cadastro que o estudante declarou, com tudo aquilo que ele imagina que seja o correto, e comparam com os documentos que ele entregou. Nesse momento a assistente social participa, junto com os outros, é o famoso cara, crachá, e se estiver tudo certo, o processo segue.

Na SED nós temos uma equipe que faz, por amostragem, uma verificação de todos esses cadastros. Então pegamos por amostragem, nas instituições, e começamos a verificar, pegamos um daqui, outro dali, de forma aleatória, de diversos cursos.

O terceiro ponto de verificação é a Controladoria-Geral do Estado, que recebe, ao final de cada semestre, o banco de dados com todas as informações de todos os estudantes que foram beneficiados e, então, faz cruzamentos com a Receita Federal, com o Detran, com a Receita Estadual, enfim, e busca algumas inconsistências.

O quarto e último filtro, vamos dizer assim, que existe nesse programa é o Tribunal de Contas do Estado, que também tem acesso à nossa base de dados e faz *n*



verificações e nos ajuda a encontrar essas inconsistências. Então o papel da assistente social é importante no momento do atendimento ao estudante, é uma prerrogativa legal. E só corrigindo um pouquinho a fala da pessoa que fez o comentário, não é a SED que faz essa verificação, é essa equipe, essa comissão de seleção instituída em cada uma das instituições.

Retornando um pouquinho na fala do Natan e ao comentário das estudantes, já existe uma comissão estadual instituída na lei, tanto do Universidade Gratuita quanto do Fumdes, inclusive eu presido essas duas comissões, que foi instituída em 2023 para dar conta do processo burocrático. O Decreto 450 e o Decreto 451 ampliaram essa comissão e agora, no início de abril, todas as instituições, Acafe, Ampesc, Assembleia, Tribunal de Contas, Ministério Público e a própria representação dos estudantes, serão chamadas para compor, para diversificar um pouco. Essa comissão inicial foi composta somente por membros da Secretaria da Educação, porque nós precisávamos dar conta, em dois meses, de fazer toda a implantação desse sistema e não havia tempo para tudo, mas a comissão existe nos dois sistemas.

Foi comentado também sobre um teto de índice de carência por curso. Não existe teto de índice de carência por curso, o que existe é um teto de remuneração, de renda bruta *per capita*. O teto não é o índice de carência, pode ter um estudante com... Aliás, quanto maior o índice de carência, o estudante recebe primeiro, então não poderíamos colocar teto e também não existe nenhuma limitação. O teto está na renda bruta *per capita* e isso está na lei, isso foi discutido e foi aprovado por unanimidade.

Sobre a tramitação dessas mudanças que ficaram acordadas aqui, a respeito desses dois pontos específicos, só tenho um pedido: que possamos, dentro do prazo dessas duas semanas, participar, principalmente a Secretaria da Casa Civil, e nós estamos com a diretora de Assuntos Legislativos aqui também e ela já manifestou preocupação: Marcos, precisamos ver o texto, porque isso pode causar algum impacto no processo e, principalmente, precisamos pensar no tempo de implantação. Aprovando em abril, ela não vai surtir efeito no primeiro semestre, porque no dia 20 de abril termina o prazo de concessão dos benefícios. Então já tem que prever nessa legislação que ela produza efeitos a partir do segundo semestre.

Isso é bem importante, qualquer alteração que propusermos, Deputada, que tenha esse tempo, porque quando sair a legislação precisamos demandar do Ciasc, que é o nosso centro de automação, que faça as alterações no programa. Vamos supor que essa lei saia no dia 10 e surta efeito imediato, e nós precisamos suspender todo o programa, parar tudo aquilo que acontece e deixar esses alunos pagando mensalidade e frustrados. Então precisamos só tomar esse cuidado na redação e no tempo de implantação.

Outra ponderação, que também foi feita numa fala, não lembro de quem, acho que foi da própria Deputada ou do Deputado Pedro Uczai, que já se retirou, foi a de que o artigo 170 é um programa de acesso à educação superior. Há que se fazer um ajuste nessa narrativa e por quê? Lá no texto constitucional diz que o Estado prestará assistência financeira a estudantes matriculados. Então, desde nunca, vamos dizer assim, já desde a publicação do artigo 170 ele nunca foi um programa de acesso, ele é um programa de permanência para aqueles que já estão matriculados, até porque o Estado não tem ingerência nenhuma sobre a matrícula, sobre o vestibular. Imagino que, à época em que foi discutido, até faria sentido.

Respondendo algumas das perguntas, o número de documentos já diminuiu, eu já coloquei. A questão da contrapartida do estudante, vinte horas, duas horas, quatro horas, seis horas, é uma prerrogativa legal que depende desse diálogo, desse acordo e dessa mudança na legislação. E uma colocação que foi feita também é que o percentual de bolsas, aqueles 100% ou no Fumdes, o percentual que o estudante recebe, não é, nunca foi e eu espero que nunca seja por curso, porque o que baliza a distribuição do percentual não é se é um estudante de História, de licenciatura ou de Medicina, é o índice de carência, é a carência dele. Então, quanto maior o índice de



carência do estudante, não importa o curso, o próprio sistema informatizado obriga as instituições a concederem o benefício primeiro para aqueles que são mais carentes, até o limite dos benefícios. Não existe essa divisão de percentual: ah, quantas bolsas terão para o curso x ou para o curso y? Isso não existe! Nunca existiu e não existe também na legislação atual.

Finalizando, já chegando à fala do assessor Tônico. Existe, sim, a possibilidade de continuarmos abrindo editais para a licenciatura. Faremos isso, é um desejo do Secretário e do Governador, que trabalhem nesses editais já para o segundo semestre. Existe um quantitativo bastante grande de estudantes que estão, sim, sendo beneficiados neste momento pelos antigos editais, mas existe essa possibilidade e nós vamos trabalhar com isso, vamos fomentar mais ainda essas licenciaturas. No ano passado foi aberto um único edital, que foi o de Letras em Alemão, em conjunto inclusive com a embaixada da Alemanha e da Áustria.

Na questão da renda bruta, voltando à fala que também já foi colocada, não é uma novidade do Universidade Gratuita. Quando o pequeno produtor rural vem com aquela renda, com aquela declaração, isso já é uma prática desde o Uniedu, que sempre trabalhou com a renda bruta e isso continuou nos programas atuais. Se é justo ou injusto, se vai mudar ou não, é algo a ser discutido, mas isso sempre aconteceu dessa forma e continua acontecendo agora, não houve mudança nisso.

A questão do número de vagas, que tanto se discutiu: ah, são 28 mil, são 5 mil, 4 mil, alguma coisa desse tipo. Nós temos o artigo 11, da Lei Complementar 831, e o artigo 12, se não me falha a memória da Lei 18.672, que determinam o montante de recursos que são distribuídos para os programas. No caso do Universidade Gratuita, nós temos no artigo 11 e cada um dos seus incisos, o valor ano a ano e temos que aquele valor deve ser utilizado para atendimento de até tantas mil vagas, não é um número exato porque nós não sabemos quem é o estudante que vai se inscrever, qual estudante será beneficiado. Então, o “até tantas vagas” é um parâmetro e esse parâmetro foi definido depois de muita discussão com a Secretaria da Fazenda e com os órgãos de governo, fazendo um cálculo histórico dos valores médios de mensalidade, extrapolando para os 100%, de que nós conseguiríamos chegar até aquele valor. Ele não é, hoje, uma cláusula, uma regra condicionante, como é “até aquele valor”, aquele recurso pode chegar dos R\$ 4,5 mil até aos R\$ 28 mil ou até superar em alguns casos, dependendo dos estudantes que forem atendidos.

Há que se considerar que essa mudança que houve na legislação com a saída ou a retirada dos cursos EaD impacta no cálculo que foi feito no ano passado, porque quando nós calculamos a média do valor das mensalidades, nós considerávamos também os cursos EaD que, por óbvio, todos sabem que é um valor um pouco mais baixo. Como agora nós não temos mais os cursos EaD sendo atendidos, somente a continuidade daqueles que já estão, a tendência é a de que o valor médio das mensalidades aumente. E aumentando o valor médio da mensalidade e mantendo o mesmo volume, a tendência é a de que o número de estudantes beneficiados diminua. Quando nós vamos saber isso? No final do primeiro semestre já vamos ter uma boa ideia do que vai acontecer, de qual é o impacto disso. A minha sugestão é: um bom momento para sentarmos e alinharmos essas expectativas já com o dado consolidado é no início do segundo semestre, nós já vamos ter esse dado bem consolidado.

Finalizando, retomando o primeiro assunto que foi levantado, sobre o cálculo do índice de carência. Quando foi mostrado o Decreto 470 que regulamentava anteriormente o Uniedu, ele somente fala de critérios do cálculo do índice de carência. Onde está o cálculo do índice de carência e onde sempre esteve é numa portaria, na Portaria 1.652, de 2020. Inclusive o professor César, que aqui está, e o professor Cimadon, que hoje é Secretário de Estado da Educação e, à época, era presidente da Acafe, participaram dessa discussão. A Valquíria também fez parte, pelas comunitárias, e acho que o Paulo Ivo também participou, foi um amplo debate, nós convidamos todos os interessados, a Controladoria-Geral do Estado participou, não me lembro se teve



representante do Tribunal de Contas, mas eu acredito que sim, a Secretaria da Fazenda, nós passamos meses discutindo, em plena pandemia, foram todas reuniões *on-line*, eu devo ter isso tudo gravado, ainda guardado no meu computador, e se chegou ao consenso de que aquele seria o modelo que atenderia essas expectativas.

Então, é bom resgatar essa portaria, ela está no *site* da SED, Portaria 1.652, de 2020, que foi adaptada, agora, para atender o Programa Universidade Gratuita.

Eu não sei se deixei alguma coisa para trás, mas continuo à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Vamos ter que terminar, porque tem outro evento agora neste espaço.

Eu ainda tenho algumas dúvidas, mas não vou mais polemizar porque vamos ter que conversar.

A quem da Casa Civil está aqui, digo para ficar bem tranquila, porque tudo o que construímos aqui, até então, sempre foi com o doutor Marcelo, que agora é o Secretário Substituto da Casa Civil, que acompanhou, e também com a Fazenda e com a Administração.

Eu proponho, sobre esses dois pontos aqui, a questão da carga horária dos estudantes, que vamos ter que acertar o texto, se são quatro horas mensais, se são vinte horas semestrais, porque vieram propostas aqui para a mesa. Eu quero propor que façamos em conjunto. Nós, Deputados, vamos colocar no papel uma proposta e vamos chamar a Ampesc, a Acafe, a SED e a Casa Civil, porque nós não temos nenhum objetivo aqui de disputar versão. Nós queremos fazer um projeto que, aqui dentro, entre redondo e saia o mais breve possível.

Então eu dou essa palavra para vocês, para que possamos encaminhar.

(O senhor Reitor Leandro Sorgatto manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Sim, dê sugestões. Nós conversamos.

Como tem essa questão que o Marcos trouxe, que é para o segundo semestre, nós ganhamos um pouco mais de elasticidade aqui para discutir bem, mas fica aqui pacificado isso.

A questão da renda bruta é um debate que vai continuar, não está resolvido, porque mesmo que o Marcos tenha trazido aqui para a mesa que vem de editais anteriores, de programas anteriores, isso não significa que não possamos mudar, inclusive porque tem muita gente boa que está na expectativa de ter seus filhos estudando e com esse critério pode não conseguir. Então eu acho que é um debate que vamos amadurecendo.

Eu quero destacar que nós recebemos um texto aqui dos estudantes de História, da Unesc, depois eu vou fazer a leitura e passar para os colegas Deputados; também veio um documento dos DCEs, todos do sistema Acafe, com propostas; e também um terceiro documento, que é do índice de carência, discutindo a renda bruta, aquela composição que eu mencionei. Tudo isso nós vamos considerar para continuarmos os debates.

Lu, muito obrigada, de coração. Queres deixar algum recado?

A SRA. REITORA LUCIANE BISOGNIN CERETTA – Sim, eu só quero agradecer a oportunidade e colocar a Acafe inteiramente à disposição para a discussão.

Também quero dizer para não perdermos o foco do que nos trouxe até aqui, que é a construção de um grande programa, que com certeza impacta a vida de todos. Então, que não nos apeguemos no detalhe e não nos percamos do todo, sabe, Lu? Esse é o meu pedido, que tenhamos muito cuidado e discutamos muito cada mudança que tem que ser feita e que sejamos sempre escutados, porque estamos lá na ponta com os nossos estudantes, todos eles, em todos os lugares.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Vocês podem ter certeza de que o Parlamento catarinense é muito responsável e têm que ter orgulho dos Deputados que estão fazendo esse debate, porque poderíamos fazer um debate inconsequente, eleitoreiro ou de rede social para angariar seguidores, mas não



é esse o nosso objetivo. O nosso objetivo é a responsabilidade que temos com o dinheiro público e, mais do que isso, com quem de fato merece ter acesso ao Ensino Superior e não consegue. Esse é o nosso compromisso.

Então, em nome do Deputado Napoleão, do Deputado Maurício, do Deputado Camilo, eu quero agradecer a presença da Lu, do Marcos, do Natan, da Gabriela, enfim, de todos vocês que aqui estão, muito obrigada. E a todos que acompanharam virtualmente e à Casa, o nosso muito-obrigada também. (Palmas.)

(Por determinação da Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputada Luciane Carminatti, abaixo a reprodução *ipsis litteris* das falas do chat do YouTube da Alesc.)

“Claudio Luiz Orço - UNCME/SC

Guilherme Valente de Souza - Reitor do UNIBAVE - Orleans/SC

Daniel Nunes das Neves - Sindaspi SC

Valdir Cechinel Filho - Bom dia. Valdir Cechinel Filho, reitor da UNIVALI, acompanhando...

Alvete Bedin - Bom dia deputada.

Maria Elisa Maximo - Bom dia! Maria Elisa Máximo, secretária regional da SBPC, acompanhando a audiência remotamente.

Rosimeri Jorge da Silva - Bom dia

Marlene Faveri - Bom dia. A educação sempre deve ser PRIORIDADE

Ari Felipe Farias - Parabéns nobre deputada pelo esforço sobre universidade gratuita...está bem complicadaque Deus ilumine...

Lodimar Zamin - Lages – SC

Lodimar Zamin - Bom dia

Sandro Morando - bom dia. Fraiburfo

Nara Pimentel - Bom dia!

Alvete Bedin - Mais uma conquista, parabéns Lu.

Maria Helena Biazotti - Bom Dia!

Mayumi Maeda - Bom dia!

Rejane Franco - Bom-dia

Rejane Franco - Bom-dia aqui Balneário gaivota

Miguel Angelo Dittrich - Importante debate. Na UnC Mafra muitos alunos que antes tinham bolsa agora ficaram sem nada

Dermeval Silva - Bom dia deputada. Sempre na labuta

Maria Helena Biazotti - Gostaria de saber porque fechou o polo da UDESC em Joaçaba?

Maria Elisa Maximo - Esse debate é muito importante. Parabéns dep. Carminatti pela iniciativa e compromisso em acompanhar a implantação do Universidade Gratuita.

Ana Vitória - Bom dia! Ainda quero conhecer pessoas a deputada Luciane. Ser humano muito especial e sensível à causas fundamentais.

Feiruque de Jesus dos Santos - Não ficou bem esclarecido sobre as licenciaturas.

Vera Lúcia Rossi – JOIA

Maria Elisa Maximo - É isso mesmo! Excelente fala. Precisamos desmistificar essa ideia que o "estudante pobre" só quer ser médico.

darli zunino - Parabéns professora e deputada Carminatti

Maria Elisa Maximo - Parabéns, Natan. Que orgulho dos estudantes.

Emanuele Weber Mattiello - boa deputada!

Simone Perin - Boa tarde!

Sandra Bataglin - Bom dia!

Suzana Marchesini - Bom dia!

Maria Benedita Polomanei - Vamos lutar sim, o pobre tem direito de estudar em uma Universidade Pública



Tania Mara Zancanaro Pieczkowski - Bom dia. Parabenizo pela iniciativa da audiência pública e pelo empenho na democratização do acesso ao ensino superior.

Maria Lucena Conte - Sé desejaria umas 13 deputadas assim...

Maria Benedita Polomanei - Bom dia. Verdade, entre o sonho e a realidade em conseguir curso superior para as pessoas de baixa renda, é outra história.

Renata Maria dos Santos - Nem todos os cursos de licenciatura são financiados com editais de Fumdes, a maioria não. Até porque nesses editais o estado determina os cursos

UNCME SC Claudio Luiz Orço - UNCME/SC

Guilherme Valente de Souza - Reitor do UNIBAVE - Orleans/SC

Nilvo Rissi - Propaganda enganosa do governo estadual

Nilvo Rissi - Força deputada Luciane aí. Temos responsabilidade social.

Parabéns e estamos juntos nesta luta

Sindaspi SC - Bom dia

Sindaspi SC Daniel Nunes das Neves - Sindaspi SC

Valdir Cechinel Filho - Bom dia. Valdir Cechinel Filho, reitor da UNIVALI, acompanhando....

PVK Praia Viagem & Kamping - UNIVERSIDADE GRATUITA É A UDESC

Diuly Silva - Bom dia! Diuly Silva aluna de Direito da UNOESC Joaçaba.

Adriano Schlösser - Faculdade do Amor Adriano Schlosser - Diretor de Ensino Unoesc Videira

Luciana Costa - Uma das sugestões para mudar - reduzir as horas de contrapartida do estudante, nossa realidade, a maioria são trabalhadores - 120 horas por semestre e muito

Renata Maria dos Santos - A Sed exige que as IES tenham Assistente Social na comissão interna. Porém quem estabelece os critérios não é a comissão das IEs e sim a SED. Sugiro comissão estadual com Assistente social de cada ies para rever critérios, isso implica em estar mais perto da realidade do estudante

Catarina Oliveira - Outra questão, melhorar o sistema informatizado permitindo que a postagem dos documentos pelo estudante aconteça mesmo momento da inscrição do UG no sistema da SED e não posteriormente na Universidade

José Augusto - Para trabalhador 20 semestrais como era o Uniedu. Excelente fala do deputado Pedro. No grande projeto de lei pensar outros percentuais Sugiro 50%, 70% e 100%

Marcos Borges - Poderiam disponibilizar o link para acesso ao Painel BI apresentado com os dados do Universidade Gratuita?

JOSE EVERTON DA SILVA - Bom dia. José Everton da Silva - UNIVALI de

Sandra Bataglin - Estes dados ainda não estão disponíveis...só depois de abril..."
(Cópia fiel.)

Muito obrigada a todos e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Marivânia Pizzi / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI
PRESIDENTE**